

Quinta do Paço do Monsul - Uma proposta de classificação

Carlota Vasconcelos Porto Cabral

Trabalho de Projecto
Mestrado em Património, área de especialização em
Património Histórico

Maio de 2011

Agradecimentos

Na recta final deste trabalho de projecto, não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos, como prova da minha estima e apreço pelas ajudas prestadas ao longo deste tempo.

Em primeiro agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, pelo incentivo em tratar deste tema, e pelas sempre pertinentes e importantes apreciações, sem as quais não conseguiria terminar este trabalho de projecto.

À Administração da Quinta do Paço do Monsul, pelas preciosas informações, histórias e pormenores fornecidos e que tanto enriqueceram o trabalho.

Ao Museu do Douro, na pessoa de Natália Fauvrelle, que sempre se prontificou a ajudar e a responder a tudo o que foi solicitado, particularmente a nível documental e bibliográfico.

Ao Arquitecto José Maria Furtado Mendonça, pela disponibilidade na elaboração das plantas da Quinta do Paço do Monsul.

À minha tia Luiza Sarsfield Cabral, grande incentivadora deste trabalho e que comigo partilhou todo o processo da sua realização.

A toda a minha família, em especial à minha Mãe e ao meu irmão, por todo apoio nas alturas mais ansiosas. Ao meu Pai, por tudo.

Ao João pela presença, amizade e carinho em todos os momentos.

RESUMO

No Alto *Douro* vinhateiro, Património da Humanidade, desenvolverem-se, ao longo da sua história, unidades próprias de exploração e produção agrícola - as Quintas vinhateiras -, espaços indissociáveis do território e paisagem durienses.

As Quintas vinhateiras são um importante património imóvel, espelho das vicissitudes da evolução do Douro, constituindo um insubstituível repositório das vivências e do *saber fazer* duriense. Neste trabalho de projecto, procura demonstrar-se a conveniência da classificação de uma Quinta, propiciando a sua conservação sem adulterações significativas, e garantindo que as gerações vindouras tenham a possibilidade de conhecerem um dos elementos fundamentais da construção da paisagem do Douro vinhateiro.

Nesse sentido, procedeu-se ao estudo da quinta do *Paço do Monsul*, situada na freguesia de Cambes, no concelho de Lamego. Através da pesquisa realizada sobre fundos documentais existentes na propriedade bem como sobre bibliografia disponível, obtiveram-se os dados justificativos para a elaboração de uma proposta de classificação como *imóvel de interesse público*, atendendo ao facto de este conjunto poder ser considerado como um significativo exemplo de uma quinta duriense dedicada à produção vitivinícola.

Palavras-chave: Património, Alto Douro vinhateiro, Classificação, Quintas durienses

ABSTRACT

The Alto Douro vinhateiro, World Heritage region, has developed throughout its history, specific exploration and agricultural production units - the Quintas vinhateiras -, spaces inextricably linked to the Douro territory and landscape.

The Quintas are an important heritage, mirroring the vicissitudes of the evolution of the region and constituting an irreplaceable repository of the experience and *know-how* of Douro. This project seeks to demonstrate the appropriateness of the classification of one Quinta in order to assure its preservation and guarantying that future generations have the opportunity to know one of the key elements of the Douro vinhateiro landscape.

Accordingly, the *Quinta do Paço do Monsul*, which lies in Cambres, Lamego, was selected and studied. Base on the research done on the existing documents belonging to the Quinta, as well as on available bibliography, adequate data was gathered for the elaboration of a proposal for the classification of that Quinta as an *imóvel de interesse publico* (asset of public interest), due to the fact that it can be considered a significant example of a Douro property dedicated to grape and wine

Keywords: Heritage, Alto Douro vinhateiro, Classification, Quintas of Douro

ÍNDICE

1. Introdução: Objectivos, Problemáticas, Metodologias e Fontes	1
2. Capítulo I: Alto Douro Vinhateiro Património Mundial	6
2. 1. Caminhos da afirmação da paisagem duriense	6
2. 2. Princípios norteadores da classificação do Alto Douro Vinhateiro	16
2. 3. Vantagens da classificação do Alto Douro Vinhateiro	20
2. 4. As Quintas Vinhateiras no contexto do Alto Douro	24
3. Capítulo II: A Quinta do Paço do Monsul	29
4. Capítulo III: Proposta de Classificação da Quinta do Paço do Monsul	45
5. Considerações Finais	52
6. Bibliografia	56
Anexo I: Localização e plantas da Quinta do Paço do Monsul	
Anexo II: A Quinta do Paço do Monsul na paisagem de Cambres	
Anexo III: Excerto da <i>História das propriedades da Caza do Monsul</i> , 1862	
Anexo IV: Edificados da Quinta do Paço do Monsul: casa do proprietário, casa dos caseiros, edificados de apoio à produção agrícola	
Anexo V: Edificados da Quinta do Paço do Monsul: interiores da casa do proprietário	
Anexo VI: Edificados da Quinta do Paço do Monsul: Capela de Santo António	
Anexo VII: Espaço agrícola e de lazer	
Anexo VIII: Fontes e cursos de água	
Anexo IX: Fotografias de Domingos Alvão	

1. Introdução: Objectivos, Problemáticas, Metodologias e Fontes

Para realizar a componente não lectiva do Mestrado em Património, área de especialização em Património Histórico, propusemo-nos apresentar um trabalho de projecto que concretizasse os conhecimentos e aprendizagens adquiridos ao longo da parte curricular.

Optámos por uma investigação na zona do Alto Douro Vinhateiro, que conhecemos, por razões familiares, desde sempre. Para o nosso trabalho de projecto, fizemos, dentro dessa zona, uma escolha muito concreta e delimitada em torno da Quinta do Paço do Monsul, localizada na freguesia de Cambres, no concelho de Lamego. Tentaremos justificar a pertinência da sua possível candidatura à classificação de *imóvel de interesse público*.

Poderá esta proposta parecer redundante e desnecessária, dado que a quinta se localiza numa zona que já está classificada como Património Mundial e, portanto, bem protegida sob o ponto de vista legal. Como veremos, a questão é mais complexa e, no caso das quintas, existem problemas que essa classificação mais geral não consegue resolver.

A nossa opção não está motivada apenas por razões afectivas de laços familiares ao Douro e, em especial, a esta Quinta ou, ainda, por uma questão de proximidade geográfica à região. Interessa-nos, sobretudo, proteger este importante legado histórico pelo seu próprio valor. Pareceu-nos que a forma mais adequada de o conseguir seria através de uma proposta bem fundamentada de classificação de *imóvel de interesse público*.

À partida, tal não é evidente, podendo até argumentar-se que uma vez classificada, a Quinta poderá ficar prisioneira de exigências legais e burocráticas impeditivas do seu desenvolvimento ou, mesmo, da sua viabilidade económica. Importa, pois, ponderar os diferentes aspectos e questões que uma tal proposta de classificação a imóvel de interesse público envolve.

Ao longo deste trabalho iremos considerar as quintas vinhateiras como unidades de exploração económico patrimoniais, uma vez que a nossa análise integra não apenas

os terrenos de cultivo, maioritariamente ocupados pela plantação de vinhedos, mas também a casa de habitação e outros edificadados de apoio às tarefas agrícolas.

Tal como veremos mais adiante, as quintas vinhateiras de hoje plasmam na sua organização o usual sistema de exploração da terra no Alto Douro, que se estabeleceu principalmente a partir do século XVIII, quando, de facto, se desenvolveu o comércio do vinho do Porto em grande escala. Estes imóveis, de dimensões diversas mas por vezes significativas, pertenciam, na sua generalidade, à burguesia emergente da época, a ricos comerciantes, homens de negócio e com profissões liberais. Além do cultivo predominante da vinha, tipicamente as quintas possuem terrenos e estruturas destinadas ao seu auto-sustento, sendo tal decorrente do seu isolamento em relação aos centros populacionais.

A Quinta do Paço do Monsul inscreve-se nessa história da construção da paisagem protegida do Alto Douro Vinhateiro. Mas para além disso, o já sugerido grau de classificação parece-nos ser apropriado tendo em conta o carácter histórico da Quinta, a sua evolução e importância ao longo dos séculos, a sua relação com a zona onde se insere e o bom estado de conservação actual. Estes aspectos servirão de base justificativa para a nossa proposta.

Apesar das eventuais delongas decorrentes das questões legais associadas à classificação, das quais este bem se poderia ressentir (como por exemplo, nos casos envolvendo a destruição de construções e equipamentos auxiliares ao trabalho rural em que as estruturas e apetrechos necessitam de rápida substituição para não se atrasarem as tarefas agrícolas), esta candidatura traria consigo o enorme benefício de oferecer a toda a propriedade uma boa garantia de continuada conservação. Registe-se que, atendendo ao grande espaço de actuação e à prioridade atribuída a outras contendas mais estruturais e urgentes, a classificação de Património Mundial não consegue contribuir para cada imóvel na proporção das respectivas e específicas necessidades.

Em caso de obras de remodelação, ou mesmo para quaisquer outras modificações de maior monta, os proprietários de um imóvel integrado na zona classificada como Património Mundial da Humanidade terão que responder perante a Comissão Coordenadora e Desenvolvimento Regional Norte – e consultar o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) e os seus técnicos

especializados¹. Apesar de se situarem em zona protegida, a fiscalização que incide actualmente sobre estes bens é insignificante ou mesmo nula, conduzindo a que os proprietários acabem frequentemente por realizar todo o tipo de obras, sem qualquer vigilância ou critério compatível com a classificação de Património Mundial.

Acreditamos que os perigos de descaracterização ou mesmo de destruição do imóvel se tornam mais improváveis com a classificação de imóvel de interesse público. Sublinhe-se que quando um bem obtém esta classificação adquire um diferente nível de protecção legal, que é fundamental para a sua preservação, manutenção e continuidade. Adicionalmente, a proposta terá o mérito de contribuir para a divulgação do valor patrimonial e social desta quinta vinhateira.

Referimos já, de passagem, alguns possíveis inconvenientes decorrentes da proposta de candidatura à classificação de *imóvel de interesse público*. À classificação das quintas no Alto Douro Vinhateiro estão ainda associadas outras e complexas questões. Por exemplo, a maior parte dessas quintas são propriedade privada, o que pode originar diferentes conceitos de preservação, não equiparáveis aos estabelecidos pelo ICOMOS ou IGESPAR². Outra situação que pode também ter graves consequências no processo de conservação das quintas resulta da multiplicidade de herdeiros e responsáveis pelos imóveis, realidade bastante comum nesta região. Frequentemente, os herdeiros têm interesses distintos quanto à repartição de responsabilidades relativas à gestão das quintas e nem sempre todos possuem o mesmo interesse pela actividade vinhateira ou as disponibilidades económicas que são necessárias para a manutenção da condição de produtor.

Estes imóveis sofrem ainda inúmeras ameaças de várias origens. Por exemplo, a falta de sensibilização e de conhecimento de métodos de conservação e preservação, a falta de disponibilidade financeira para garantir a conservação (já que o cumprimento das condições necessárias de conservação pode acarretar despesas avultadas). Destes aspectos nos ocuparemos na parte final deste trabalho.

¹ Na altura da elevação do Alto Douro a Património Mundial foi criado o Gabinete Técnico Intermunicipal (GTI), que teria como funções salvaguardar e gerir a região classificada, através de instrumentos como o PIOT-ADV. Seria este gabinete a controlar as construções ou reconstruções de edifícios e emitiria os pareceres relativos à instalação de novas unidades industriais e estaleiros, atravessamento de linhas aéreas de condução de energia ou telecomunicações, assim como limpezas de linhas de água, entre outras funções. Este gabinete foi já extinto, tendo sido estas responsabilidades transferidas para a Estrutura Missão do Douro, criada em 2006. www.ccr-norte.pt.

² Ver: www.igespar.pt; www.unesco.org.

Para atingir os objectivos enunciados, o trabalho desenvolver-se-á em três fases. Na primeira, que corresponde ao capítulo inicial, abordaremos a contextualização histórica da região do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial da Humanidade: quais os princípios norteadores para a sua classificação e quais as vantagens desse estatuto. Ainda no mesmo capítulo, analisamos as quintas vinhateiras no contexto do Alto Douro: suas origens, evolução, estruturas e quais as suas principais características.

Segue-se um capítulo específico dedicado à Quinta do Paço do Monsul, no qual esboçaremos uma breve síntese da sua história e onde faremos a descrição da propriedade, desde os seus edifícios aos terrenos agrícolas, passando pelas áreas de mata.

Finalmente, no último capítulo, com base nos critérios estabelecidos pelo IGESPAR desenvolvemos uma proposta de classificação da Quinta para *imóvel de interesse público*.

Para a preparação deste trabalho efectuou-se o levantamento da bibliografia fundamental para a compreensão da história e funcionamento da Quinta, bem como para um melhor entendimento da região do Alto Douro Vinhateiro, seus condicionalismos, bases da sua classificação como Património da Humanidade e conjuntura actual. No desenvolvimento dessa tarefa devem realçar-se os contributos das importantes monografias e estudos realizados sobre o território duriense, bem como os pareceres e a legislação relativos à classificação de Património da Humanidade.

Há muito ainda por investigar sobre as origens e história da Quinta do Paço do Monsul. No que respeita especificamente à sua história, disposição arquitectónica e descrição geral dos espaços, recorremos, sobretudo, ao estudo mais aprofundado que encontramos acerca desta propriedade, a saber, *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*, de Natália Fauvrelle³.

O *Tombo da Quinta do Paço do Monsul*, importante acervo documental (hoje depositado à guarda do Museu do Douro) sobre o qual nos debruçamos e, em parte, analisámos, é constituído por dezasseis volumes encadernados, compreendendo livros de prazos, livros de sentenças, livros de memórias – que contêm a história da propriedade – livros de registos das actividades e produção, e livros de descrição de

³ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto. GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001.

obras realizadas. As balizas cronológicas desta documentação vão desde o século XIV⁴ ao século XX. No entanto, lamentavelmente, apesar da riqueza que sabemos estar contida neste Tombo, não nos foi possível analisá-lo na sua totalidade, dado o elevado número de documentos, a sua difícil leitura e o seu estado de conservação ser, em certos casos, bastante precário. Seria uma tarefa que, só por si, exigiria um tempo de investigação de que não dispúnhamos.

Do Tombo, recorremos apenas aos livros mais recentes, sendo o principal de 1862, intitulado *História das propriedades da caça do Monsul*⁵, no qual se referem e estão copiados os documentos mais importantes da Quinta.

Para além de outras dificuldades, a realização deste trabalho confrontou-se com limites de tempo que não nos permitiram explorar, com minúcia, por exemplo, o vasto e valioso espólio documental e fotográfico de que dispõe a Quinta do Monsul. Este espólio continuará como referência e fonte importante para outros estudos de âmbito social, económico, agrícola, explicativos desta região vinhateira.

Um outro obstáculo foi, ainda, a constante necessidade de viajar para o Douro, e para a Quinta do Paço do Monsul, em datas não coincidentes com a boa oportunidade de nela nos fixarmos. A Quinta tem um calendário de ocupação distribuído pelos diferentes proprietários que impediu, várias vezes, a possibilidade de investigação, e que bem revela algo que já enunciámos anteriormente: a ameaça que para a correcta preservação das quintas constitui a fragmentação da sua propriedade e da sua gestão.

Apesar de todas estas condicionantes, esperamos que o nosso trabalho revele um conjunto de dados, descrições e informações suficientes para fundamentar e justificar a candidatura à classificação de *imóvel de interesse público* deste bem. Ao tornar este valioso património mais conhecido, divulgado e defendido, será também uma forma de suscitar para esta quinta o interesse de investigadores em vários domínios, nomeadamente no campo da investigação histórica.

⁴ PEREIRA, Gaspar Martins – *Quintas do Douro - Arquivos e Investigação Histórica*. Peso da Régua, 2002. p. 141. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

⁵ Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul: *História das propriedades da Caça do Monsul*, 1862.

2. Capítulo I: Alto Douro Vinhateiro Património Mundial

2.1. Caminhos da afirmação da paisagem duriense

Em 2001 o Alto Douro Vinhateiro foi classificado pela UNESCO como Património Mundial, constituindo *o contínuo mais representativo e melhor conservado*⁶ da ampla Região Demarcada do Douro, integrando uma área de cerca de 250.000 hectares. A zona classificada compreende 24.600 hectares, situando-se entre Barqueiros e Mazouco, na fronteira com Espanha. Esta área estende-se ao longo do rio Douro e seus principais afluentes, ou seja, Varosa, Corgo, Távora, Torto e Pinhão, abrangendo vários concelhos da região, tais como Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Alijó, Sabrosa, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Lamego, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa.

A área classificada está dividida em três sub-regiões, o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior. Cada uma delas possui particularidades climáticas que se reflectem na qualidade e especificidade dos vinhos aí produzidos⁷.

No seu conjunto, o Alto Douro Vinhateiro apresenta características geográficas próprias, que o tornam local de eleição para a produção de vinhos de qualidade. É uma zona protegida dos ventos fortes do Atlântico pelas cadeias montanhosas das Serras do Marão e de Montemuro, facto que lhe permite usufruir de um clima de características mediterrânicas, com pouca precipitação e temperaturas altas no Verão (chegando, com frequência, a atingir ou mesmo a ultrapassar os 40°C). A precipitação anual varia entre 1.000 mm na parte mais ocidental e 400 mm à medida que se avança para leste⁸.

Toda a Região Demarcada do Douro é *desenhada por vales encaixados, onde os planaltos surgem apenas acima do 400 m de altitude*. As encostas íngremes, com declives superiores a 15%, são também uma característica predominante, principalmente no Baixo e Cima Corgo⁹.

⁶ AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000. p. 7.

⁷ Figura I.1, Anexo I.

⁸ AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro*. p. 42.

⁹ AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.) – *ob.cit.* pp. 34-36.

Do ponto de vista geológico, a região assenta num complexo com formações que datam do pré-câmbrico, compostas por xisto-grauváquico¹⁰, existindo, também, algumas formações graníticas. O tipo de solo, o seu declive e a forte erosão obrigam a que, para permitir o crescimento dos vinhedos e o seu suporte, seja necessário efectuar um duro trabalho de escavação da terra – a surriba – e que se construam socalcos. Nesse processo, ao colocarem-se as pedras em linha, com uma certa inclinação, consegue-se que a água das chuvas perca velocidade e se deposite no solo, possibilitando um maior aporte de água às raízes e contrariar a erosão¹¹. Os muros dos socalcos são feitos de xisto, o que possibilita a absorção do calor durante o dia e a sua expulsão de noite, conduzindo a uma maior estabilidade da temperatura, factor favorável ao cultivo da vinha.

A região classificada integra-se no conceito de paisagem cultural, evolutiva e viva, definido pela UNESCO, pois nela está bem visível a “obra conjugada do homem e da natureza”¹². Ao ter de enfrentar circunstâncias adversas, o homem do Douro foi obrigado, ao longo dos tempos, a adaptar-se e a desenvolver técnicas apropriadas, criando, desse modo, as condições propícias ao cultivo da vinha. As gentes autóctones e as vagas migratórias de população oriundas do Minho e da Galiza – que chegaram à região a partir do século XVIII com o incremento da monocultura da vinha – modelaram a paisagem duriense, tirando o máximo partido das condições naturais para o cultivo da vinha e, finalmente, para a produção de vinhos de grande qualidade¹³.

Desde a época romana que a Região Demarcada do Douro se encontra ligada à produção vinícola, como revelam diversos achados arqueológicos descobertos em

¹⁰ Pires, Carlos Coelho – *A Geomorfologia in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003.p. 19.

¹¹ VIEIRA, Luiz in FAUVRELLE, Natália (coord.) – *Arquitecturas da paisagem vinhateira*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008. p. 24.

¹² As paisagens culturais são bens patrimoniais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o Artigo 1º da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo das épocas, sob a influência dos condicionalismos ambientais e socioculturais. As paisagens culturais dividem-se em três categorias. O Alto Douro Vinhateiro é uma paisagem evolutiva, pois resulta de causas económicas, culturais e religiosas e o seu aspecto actual é fruto de uma resposta ao ambiente natural. É, ainda, uma paisagem viva, pois tem um papel preponderante na sociedade contemporânea, mantendo a ligação ao modo de vida tradicional, enquanto que o processo evolutivo continua. Dá provas de evolução ao longo dos tempos. *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*. II Artigo, 2º p. 31.

¹³ Acerca da história de construção do Douro, diz-nos José Mattoso: “*O vale do Douro é das regiões mais humanizadas do território português...o Vinho do Porto...é...um produto histórico, um acto de cultura, todos os dias trabalhado por homens e mulheres...é determinado pelo suor, saber e técnica de quem habita nesse lugar*”. MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, BELO, Duarte – *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa: Temas e Debates, 2010. p. 197.

recentes escavações, como é o caso *do lagar descoberto na estação romana de Olival de Telhões em Almendra*¹⁴.

Em meados do século XII, a Ordem de Cister instalou-se nesta região ocupando, sobretudo, a parte sul¹⁵, passando a desempenhar um papel económico de primeira importância na zona. Na verdade, os mosteiros de São João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas e São Pedro das Águias instalaram nos seus terrenos unidades de exploração agrícola – as chamadas *quintãs* –, nas quais cultivaram cereais, plantaram oliveiras e vinhedos. Ainda hoje se podem encontrar algumas dessas unidades, antes pertencentes a Cister, como, por exemplo, a Quinta de Mosteirô. Os monges cistercienses tornaram-se, então, num dos principais impulsionadores da cultura da vinha e da produção do vinho na região do Alto Douro.

Nessa época, foram incrementadas as relações comerciais entre a região e a cidade do Porto, aumentando o tráfego fluvial e as trocas regionais. Esta cidade passou a ser o principal centro consumidor e distribuidor dos produtos durienses, em especial, do vinho, difundindo-o nos mercados europeus¹⁶. No século XVI, o alargamento da cultura vinícola abrange já a região de Lamego, prosseguindo a sua expansão ao longo do século XVII¹⁷. O comércio do vinho alcança, então, os mercados europeus e, nos finais daquele século, a Inglaterra era já um dos principais consumidores do, entretanto denominado, “vinho do Porto”. Em 1703, foi celebrado o Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra, confirmando o domínio do “vinho do Porto” no mercado inglês e o interesse britânico nesse produto.

A partir do século XVIII, uma quantidade considerável de mercadores ingleses instalou-se na cidade do Porto, dominando o comércio dos vinhos do Douro¹⁸ e fundando uma feitoria (ainda existente), que promovia e resguardava os interesses britânicos no negócio. Com o objectivo de satisfazerem as preferências do gosto inglês,

¹⁴ PEREIRA, Gaspar Martins - *A evolução histórica in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. p. 107.

¹⁵ TEIXEIRA, Ricardo - *Cister no Vale do Douro*. Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda, 1999. p. 191.

¹⁶ PEREIRA, Gaspar Martins – PEREIRA, Gaspar Martins - *A evolução histórica...* p. 108.

¹⁷ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob. cit. pp.* 108-109.

¹⁸ Estes comerciantes estão na origem da “colónia inglesa do Porto”, que pouco se misturou com a população. Era um grupo fechado, rico, que manteve os seus hábitos de vida. Sobre o modo como estes ingleses se integraram ou não no país, cfr. Eight International Conference on Urban History, Stockholm 2006: BRITO, Pedro de – *British wine merchants in Porto – acculturation or segregation?* Stockholm, Institute of Urban History. Stockholm University, 2007. p. 15.

os lavradores começaram a modificar o vinho, adicionando-lhe outros produtos, tais como a baga de sabugueiro e açúcar. Procuravam, assim, adequá-lo àquilo que julgavam ser as preferências do mercado. Por outro lado, para tirarem partido da subida de preços que atingia os vinhos, e para obterem maiores quantidades, alguns lavradores e comerciantes de vinhos do Douro misturavam-nos com outros de menor qualidade. Toda esta situação levou ao descrédito destes vinhos no mercado inglês, que passou a recusar comprá-los, acusando os lavradores de fomentarem adulterações¹⁹.

Esta conjuntura justificou a intervenção do Estado e do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Em 1756 foi criada a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com o objectivo de *fomentar a cultura da vinha do Alto Douro, proteger a pureza dos produtos e controlar os preços*²⁰. À Companhia foram atribuídos enormes poderes em termos de jurisdição, fiscalização, privilégios e monopólios, detendo também a venda dos vinhos durienses no Porto. Coube-lhe ainda instituir a demarcação dos limites físicos da região produtora, elaborando cadastros e sistemas de classificação de parcelas e de vinhos. Através da colocação de marcos de granito, com a inscrição “Feitoria”, assinalaram-se os vinhedos que produziram o vinho a ser exportado para Inglaterra, considerado de melhor qualidade. À Companhia cabia, também, o papel da fixação de preços, quer dos vinhos de feitoria, quer dos restantes, denominados na altura, “de ramo”, destinados ao consumo das tabernas do Douro e Porto²¹. Foi assim constituída a primeira região produtora de vinhos demarcada e regulamentada no mundo.

No seguimento do enorme sucesso da produção vitícola de anos anteriores, instala-se durante o século XVIII, a designada “febre” do vinho. Plantam-se milhares de hectares de vinha, em detrimento de outras culturas. A paisagem do Alto Douro é profundamente transformada, passando a estar associada aos muros dos socacos, levantados pelo esforço sobre-humano de milhares de trabalhadores, alguns deles tendo mesmo perdido a vida ao longo deste penoso processo. O homem do Douro contrariou, assim, a natureza, adaptando e construindo a paisagem à medida das suas necessidades e propósitos.

¹⁹ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* pp.109-110.

²⁰ Cit. por FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto. GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p. 39.

²¹ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* pp. 110-112.

Nesta época, estabeleceram-se na região duriense as grandes quintas vinhateiras, cuja exploração, essencialmente vitivinícola, rendia enormes lucros aos seus proprietários²². A composição e estruturas destas quintas, com a casa do proprietário, os espaços de apoio agrícola, as instalações para todos os trabalhadores, permitiam-lhes uma gestão da produção vinícola autónoma e uma grande auto-suficiência face aos centros populacionais.

O Alto Douro das *demarcações pombalinas* de 1758-1761 privilegiava a zona do Baixo Corgo, dos chamados “vinhos de Lamego”, onde a produção vitivinícola predominava desde o século XVI. Nessa zona, que compreendia a Régua, Godim, Cambres, São João de Lobrigos e São Miguel de Lobrigos, situavam-se as maiores adegas e explorações²³.

À luz do pensamento económico vigente no século XVIII, o Estado tomou ainda outras medidas de carácter proteccionista, tendo como objectivo a *protecção e o desenvolvimento das principais produções nacionais e o equilíbrio da balança comercial*²⁴.

Em 1777 terminou o reinado de D. José I. O Marquês de Pombal foi afastado do poder e a Companhia perdeu alguns privilégios. Vivia-se, em Portugal, um período de um certo desafogo económico, resultante do clima que se vivia na Europa – envolvida nas guerras Napoleónicas – e da guerra de Independência da América. De facto, esta conjuntura proporcionou ao nosso país novas oportunidades de rotas no noroeste europeu, báltico e mediterrânico. Para além deste factor, o sólido comércio com Inglaterra e a ascensão da marinha inglesa²⁵ permitiram um fluxo contínuo da exportação do vinho do Porto, o que teve como resultado a subida do seu preço.

Em consequência disso e dado o aumento da produção e exportação dos vinhos, surgiram pressões para a ampliação da área demarcada. Assim, entre 1788 e 1793, realizaram-se as *demarcações marianas* ou *subsidiárias* que, apesar de pouco alterarem

²² FAUVRELLE, Natália – *O Douro das quintas do Cima Corgo in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003.p. 107.

²³ PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 21.

²⁴ Para proteger os vinhos durienses, o Estado português travou, então, a cultura e a exportação dos outros vinhos portugueses, assim como manteve aberta a barra do Douro exclusivamente para comércio do vinho do Porto (1776-77). Ver: MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto*. Análise Social, Vol .XXIV (100), 1988 (1º), pp.402-403.

²⁵ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* p. 112.

a situação, valorizaram as vinhas do Cima Corgo. A abertura do Cachão da Valeira em 1792, até então sério entrave à navegabilidade do rio Douro, criou também novas condições para a expansão da área de vinhedo na zona do Douro Superior.

A partir de 1820 e como resultado do alargamento da área de produção, os proprietários mais ricos investiram em grandes vinhedos no Douro Superior, criando algumas novas quintas, como é o caso da quinta do Silho, em Figueira de Castelo Rodrigo, ou da quinta do Vesúvio, em Vila Nova de Foz Côa. Contudo, trataram-se de casos isolados, visto que só mais tarde se intensificará a expansão do vinhedo no Douro Superior, como mais adiante se referirá²⁶. Mais uma vez, milhares de trabalhadores se dirigem para o Douro, desbravando terrenos, plantando novas videiras, criando a paisagem repleta de vinhas pela qual hoje é conhecido o Alto Douro Vinhateiro.

A instauração do regime liberal em 1820 levou à definitiva *desestruturação do modelo pombalino*²⁷, reduzindo-se, ainda mais, os privilégios da Companhia. Porém, só após a confirmação da vitória liberal, em 1834, se verificou a aplicação, por parte do novo governo, de algumas reformas que virão a ter consequências no sector vinícola do Alto Douro. Por exemplo, foram abolidos o dízimo e outros direitos senhoriais, extinguiram-se as ordens religiosas e, pelo decreto de 30 de Maio de 1834, procedeu-se à *desamortização*, transferindo-se os bens de instituições religiosas para o domínio privado através de vendas em hasta pública. Desta forma se explica a compra, por parte de ricos proprietários portugueses e estrangeiros, de grandes superfícies de terrenos no Douro Superior.

Contudo, no sector comercial estas alterações não produziram a melhoria esperada, não tardando a aparecer novos sinais de crise. Aumenta a produção em simultâneo com a baixa das exportações, acumulando-se *stocks* nas caves. Sem o controlo da Companhia, incrementaram-se as falsificações e introduziram-se vinhos de diferentes proveniências na área demarcada²⁸. Consequentemente, em 1838, por decreto das Cortes Constituintes a Companhia foi restaurada. Em 1843, durante o governo de Costa Cabral, os poderes da Companhia foram novamente ampliados.

²⁶ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* p. 112.

²⁷ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* p. 114.

²⁸ PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 45.

Na segunda metade do século XIX, com a valorização da área localizada a montante do Cachão da Valeira, o Douro Superior, a viticultura duriense vive grandes modificações. Vários factores contribuíram para esta expansão. De entre eles, o aparecimento de graves doenças da videira que afectaram as áreas então existentes (o oídio e a filoxera), e a implementação de novas políticas decorrentes da legislação liberalizadora de Fontes Pereira de Melo²⁹. Tal como será referido mais adiante, a construção da linha de caminho-de-ferro do Douro joga também um papel decisivo naquela transformação.

De entre as doenças da vinha, o oídio foi a primeira praga a destruir grande parte dos vinhedos da região. É detectado pela primeira vez em 1852, no Peso da Régua, tendo-se sentido o seu maior impacto em 1856. Esta doença veio alterar os calendários agrícolas dessa altura e, dada a destruição irremediável das vinhas, algumas quintas viram-se obrigadas a anular as suas vindimas³⁰. A quebra de produção que então se verificou no Baixo e Cima Corgo criou condições para a expansão da área de vinhedo no Douro Superior, zona ainda não tão afectada pelas pragas da época, e para a melhoria das condições de escoamento dos vinhos aí produzidos³¹.

Em 1863 surge uma nova doença, a filoxera, altamente devastadora para o Douro. O tratamento para as vinhas, primeiro à base de sulfureto de carbono e, depois, recorrendo a porta-enxertos americanos, só foi descoberto anos mais tarde, não tendo sido possível evitar a devastação de grande parte dos vinhedos³². O tratamento com sulfureto de carbono (associado à necessária intensificação dos trabalhos de cultivo e adubações) e, ainda em maior escala, a replantação com porta-enxertos americanos, representavam um esforço financeiro adicional não desprezável, que os pequenos agricultores não tinham condições para suportar. Este factor, em conjunto com a destruição entretanto ocorrida, determinou o abandono em grande escala das explorações vitícolas no Douro. Muitos dos antigos vinhedos passaram a *mortórios*, ou seja, a terrenos incultos, invadidos por vegetação arbórea autóctone.

²⁹ PEREIRA, Gaspar Martins - *A evolução histórica in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. p. 117.

³⁰ PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 46.

³¹ PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro e o vinho do Porto...* p. 116.

³² MARTINS, Conceição Andrade - *A filoxera na viticultura nacional*, *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3º- 4º).

Este flagelo teve como consequência *a desorganização do sistema de relações, a mudança nos limites e organização do espaço regional, a ruptura com as práticas tradicionais e a introdução de inovações*³³. Esteve também na base da transferência da propriedade para uma burguesia abastada e para ricos proprietários ingleses³⁴. A filoxera foi, sem dúvida, a praga mais devastadora que assolou o Douro e que transformou profundamente a região. Paradoxalmente, a incidência da doença em vinhas do Cima Corgo contribuiu para a definitiva valorização do Douro Superior, zona menos afectada e que, por isso, passou a ser mais procurada, tal como já se afirmou.

Tanto o ódio como a filoxera – e outras pragas ainda – originaram alterações não apenas no ciclo de tarefas do cultivo da vinha, mas estiveram também na base da introdução de novas técnicas de vinificação. Acresce que a utilização dos porta-enxertos americanos resistentes à filoxera provocou transformações visíveis na paisagem, já que, desde então, foram necessárias novas práticas de preparação do terreno com *surribas mais fundas e socalcos mais largos e sólidos*³⁵, e se recorreu a novos tipos de plantação, armação dos vinhedos, enxertia e granjeios.

Por altura da invasão da filoxera, em 1865, foram extintos todos os antigos privilégios da Companhia, tais como a exclusividade da barra do Douro, a demarcação da área produtora, a fiscalização e controlo dos vinhos, instaurando-se o regime de liberdade comercial.

A construção da linha de caminho-de-ferro do Douro, que teve lugar entre 1873 e 1887, facilitou o escoamento dos vinhos do Douro Superior, permitindo uma mais rápida deslocação de gentes e mercadorias, quer para leste, até à fronteira espanhola, quer para a cidade do Porto. A dependência da região em relação a esta cidade aumentou exponencialmente, nela se situando os mais altos interesses do comércio do vinho do Porto.

De facto, o relacionamento da região demarcada com cidade do Porto e com Vila Nova de Gaia – os centros de armazenamento e escoamento do vinho duriense – foi adquirindo até quase ao final do século XX, uma importância cada vez maior. Na

³³ PEREIRA, Gaspar Martins – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. Revista da Faculdade de Letras – História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol.6, 1989. p. 322.

³⁴ Idem.

³⁵ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto. GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p. 42.

verdade, desde os dos séculos XVI-XVII, o Porto era o principal ponto de escoamento desse vinho, sendo mais tarde, nos séculos XVIII-XIX, o centro de tratamento e controlo de qualidade. Aí se concentraram as elites regionais ou seja, os burgueses ricos, os homens de negócio e os proprietários de terrenos e de quintas no Alto Douro. É no Porto que se tomam decisões, se fazem contactos e contractos, e onde se estabelecem as sedes das firmas exportadoras³⁶. O Porto transforma-se no centro de crédito e de investimento relativamente aos vinhos, dominando a região duriense.

Em finais do século XIX porém, a região do Douro sofre uma profunda crise comercial (acentuada pela devastação causada pela já mencionada filoxera) ao mesmo tempo que enfrenta a concorrência desleal de franceses, holandeses, etc., com a introdução de imitações de vinho do Porto nos nossos principais mercados, o inglês e o brasileiro. Os trabalhadores agrícolas, descontentes, reclamam para o Douro o proteccionismo regional e a defesa dos seus vinhos³⁷.

O agravamento da crise comercial e sérios conflitos sócio-políticos, que se traduziram em comícios, manifestações, assaltos a Câmaras e a repartições públicas, determinam a intervenção do Estado, que tenta resolver a “questão do Douro”³⁸. Em 1907, o governo de João Franco aplicou uma nova legislação, demarcando, outra vez, a região produtora, que passou a incluir o Douro Superior. Esta demarcação teve como base os limites administrativos dos concelhos³⁹. Em 1908, na lei promulgada no governo do almirante Ferreira do Amaral, optou-se pela demarcação por freguesias⁴⁰ e diminuiu-se a área demarcada, que se aproxima da que vigora actualmente⁴¹. Contudo, estas e outras iniciativas, poucos benefícios trouxeram à região. Na verdade, a região demarcada atravessou o período final da Monarquia e a 1ª República numa péssima situação social e económica, que se manifestou num grande aumento da pobreza, da emigração, dos conflitos políticos e das reivindicações da população.

³⁶ PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. pp. 15-18.

³⁷ PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto...* p. 120.

³⁸ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* pp.159-161.

³⁹ Mesão frio, Régua, Santa Marta de Penaguião Vila Real, Valpaços, Murça; Sabrosa, Alijó, Carrazeda de Ansiaes, Vila Flor, Mirandela, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Vila Nova de Foz Côa, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Armamar, Lamego e Barrô, freguesia do concelho de Resende.

⁴⁰ PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro e o vinho do Porto...* Porto: Edições Afrontamento, 199. p. 31.

⁴¹ A Região Demarcada do Douro estende-se, actualmente, de Barqueiros, limite ocidental, até Barca de Alva, junto à fronteira espanhola. Tem cerca de 250.000 ha.

O novo regime de ditadura militar instaurado em 1926 procurou combater a crise do Douro e, para isso, introduziu novos mecanismos de fiscalização, como por exemplo, a criação de um entreposto em Vila Nova de Gaia. Outras medidas adicionais foram tomadas, como a publicação do modelo de certificado de origem do vinho do Porto, em 1928. A eclosão da crise económica de 1929 teve um impacto extremamente negativo na região, agravando, de novo, a já má situação social.

Assistiu-se então a movimentos reivindicativos de grande dimensão e à formação de um relevante grupo de viticultores solicitando a intervenção do Estado. Eram os chamados “paladinos do Douro”, que com o apoio dos sindicatos agrícolas, das Câmaras Municipais e da Comissão de viticultura lançaram o projecto denominado “Lei de Salvação do Douro”.

Estas reivindicações culminaram na criação de entidades reguladoras do sector do vinho do Porto, como a Casa do Douro, em 1932, com um papel fundamental na fiscalização e no controlo dos vinhos e aguardentes do Douro. Com a finalidade de disciplinar o comércio, em 1933 foi criado o Grémio dos Exportadores do Vinho do Porto e, ainda, o Instituto do Vinho do Porto, entidade representante do Estado destinada a conciliar os interesses da produção e do comércio, fiscalizando e garantindo a qualidade dos vinhos e com poder para certificar a respectiva origem⁴².

Como consequência da segunda Grande Guerra, surge no Douro uma das mais graves crises sociais, durante a qual baixaram drasticamente as exportações. A recuperação foi lenta, não se tendo evitado uma vaga emigratória durante os anos 50, explicada pela precária situação social que se vivia no território. Para piorar a situação, os anos de 1953 a 1957 foram de produção abundante, facto que provocou uma baixa acentuada nos preços e a diminuição dos rendimentos dos viticultores⁴³.

A partir da década de 70, o sector económico e comercial do vinho do Porto conheceu melhorias consideráveis, acompanhadas por um crescimento económico generalizado. Apesar disso, a região duriense, assim como o resto do país, perdia uma parte importante da sua população. O desgaste provocado pelo esforço de guerra colonial associada à atracção pelas áreas urbanas conduziu a um enorme movimento de emigração, que se dirigiu principalmente para a Europa.

⁴² PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto...* pp. 121-125.

⁴³ PEREIRA, Gaspar Martins – *ob.cit.* p. 125.

Em finais do século XX e princípios do século XXI, a viticultura duriense desenvolveu-se significativamente, boa parte em resultado da aplicação e utilização de novas técnicas de plantio⁴⁴, da aposta num maior nível de mecanização e do recurso a técnicas de vinificação e enologia cada vez mais aperfeiçoadas. Todos estes factores conjugados contribuíram para o acréscimo da quantidade e da qualidade dos vinhos e, por sua vez, para o crescimento dos preços e exportações.

2.2. Princípios norteadores da classificação do Alto Douro Vinhateiro

A candidatura do Alto Douro a Património Mundial é apresentada e justificada com base em pressupostos de ordem natural e cultural, dela constando uma descrição detalhada do Alto Douro Vinhateiro. Nesta apresentação realça-se a história e as tradições da região, que por si só, se considera justificarem a classificação. A valorização deste território fundamenta-se em três dos critérios culturais impostos, à época, pela UNESCO, a saber:

Critério II – O Alto Douro foi palco de importantes trocas de valores humanos num período definido e num quadro cultural específico. O bem proposto é uma paisagem cultural evolutiva, verdadeiramente representativa da Região do Douro. Reflete técnicas específicas de utilização permanente dos solos e agrupa um conjunto de habitat naturais, típicos do ambiente mediterrânico;

Critério IV – O Alto Douro é um exemplo único de paisagem tecnológica que ilustra diferentes etapas importantes da história humana. Apesar de uma Natureza hostil à fixação humana, foi possível ao homem duriense recriar as culturas mediterrânicas (vinha, oliveira e amendoeira) em terraços criados nas encostas abruptas. A evolução dos métodos empregues através dos séculos é claramente visível na paisagem;

Critério V – O Alto Douro é um exemplo excepcional do estabelecimento humano e da utilização tradicional dos solos tornados vulneráveis sob o efeito de mudanças irreversíveis. Ainda que a sua natureza geomorfológica e o clima não

⁴⁴ Vinha plantada em patamares, ou a armação de vinha segundo as linhas de maior declive, chamadas “vinhas ao alto”.

*convidem à fixação humana, a vinha e as outras produções agrícolas sustentaram uma actividade económica dinâmica*⁴⁵.

Na proposta também se efectuam comparações entre a candidatura do Alto Douro Vinhateiro e outras regiões vinícolas já classificadas como Património da Humanidade, afirmando-se ser a *maior, a mais histórica e contínua, e a que possui a maior variedade biológica de vinhas*⁴⁶.

Confrontado com outras áreas inscritas na lista de Património Mundial, o território duriense conta com um importante factor positivo, a já referida Demarcação Pombalina que, como se disse, foi primeiro modelo institucional de regulamentação e organização de uma região vitícola, em todo o mundo⁴⁷. A Demarcação assentou numa legislação pioneira, regulamentando a classificação e controlo dos vinhos durienses, que ainda hoje se revela através de diversos testemunhos, sendo disso exemplo os marcos que assinalavam a área considerada e os seus limites. Alguns destes marcos sobreviveram até aos nossos dias, espalhados ainda pelo território, e estão devidamente inventariados e classificados como património de interesse público⁴⁸.

De acordo com a UNESCO, para receber uma classificação, cada bem proposto deverá dispor de projectos ou planos de sistema de gestão documentados e apropriados, que especifiquem de que modo – preferencialmente através de *meios participativos* – o bem será preservado e como se garante o seu desenvolvimento sustentável. Este sistema de gestão é fundamental e deverá ser elaborado de acordo com o tipo, necessidades e características do bem em causa⁴⁹. A execução destas actividades de gestão é da responsabilidade dos Estados, em parceria com os gestores desse bem ou agência encarregue da sua gestão e/ou com outras partes interessadas⁵⁰.

No caso do Alto Douro Vinhateiro, a estratégia de administração proposta assenta em instrumentos de planeamento e gestão, e em estruturas que foram criadas

⁴⁵ ICOMOS –, *Relato Final da Proposta de classificação do Alto Douro Vinhateiro*, nº 1046, 2000. p. 1.

⁴⁶ SOUSA, Fernando de – *O Alto Douro. Da Demarcação Pombalina à Classificação de Património Mundial*. Revista População e Sociedade nº13. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/ Edições Afrontamento, 2007. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

⁴⁷ AGUIAR, Fernando Bianchi de - *O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem, cultural evolutiva e viva*. Douro - Estudos e Documentos Nº13. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2002. pp.143-152.

⁴⁸ Ver a lista de património imóvel classificado em www.igespar.pt.

⁴⁹ *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* II F. p.44.

⁵⁰ *Orientações para a aplicação*. p.46.

para implementar esses mesmos instrumentos. Assim, foi elaborado um *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Alto Douro Vinhateiro* (PIOT), cujas directrizes foram transferidas para os Planos Directores Municipais, que constituem os principais instrumentos de gestão do território a nível local. O PIOT deve ser acompanhado pelo *Programa de Gestão da Paisagem* e o pelo *Programa de Acção Territorial*, nos quais estão previstos os investimentos necessários para a valorização e protecção do bem. Através da criação de um *Gabinete Técnico Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro* e da *Associação Promotora do Alto Douro a Património Mundial*, ficaram constituídos os instrumentos aos quais compete assegurar o relacionamento público/privado de todas as partes interessadas, quer se trate de questões ligadas a propriedade de bens, quer à preservação e promoção do Alto Douro⁵¹.

Estes instrumentos de planeamento e gestão estão associados a programas de apoio – Programas Operacionais da Economia, Agricultura e Regional do Norte – que suportam financeiramente os vários projectos de desenvolvimento da região, tais como os melhoramentos agro-florestais, a criação de infra-estruturas e a valorização rural e ambiental, assim como a implementação de novas actividades económicas⁵².

No Alto Douro Vinhateiro ainda existem outros bens e elementos patrimoniais que merecem ser referidos. São eles, as estruturas culturais, os centros históricos das cidades, vilas e os edifícios, tais como as quintas e as casas ligadas à plantação da vinha e à produção de vinhos do Douro e do Porto. Alguns destes elementos estão já classificados de acordo com o seu interesse como património nacional ou regional. Os mais importantes, de valor excepcional, são considerados património nacional, como é o caso do Palácio de Mateus, em Vila Real, da Sé de Lamego ou do Mosteiro de São João de Tarouca.

Integram ainda o Alto Douro Vinhateiro outros bens que, embora não gozem de uma classificação de grau tão elevado, assumem uma grande importância. Situam-se nesta categoria os imóveis classificados de interesse público e municipal, cuja classificação está mais directamente associado às quintas vinhateiras e a outro património material⁵³. Nestas condições, existem casas e quintas vinhateiras que

⁵¹ AGUIAR, Fernando Bianchi de – *ob.cit.* pp. 143-152.

⁵² *Idem.*

⁵³ Por exemplo, alguns dos marcos da demarcação pombalina chegaram até nós e estão devidamente inventariados e classificados como imóvel de interesse público, pelo decreto-lei 35:909 de 17 de

integram a lista de património classificado. É essa a situação da Casa da Quinta do Côtto, em Mesão Frio, a Casa dos Belezas, em Sabrosa, a Casa da Calçada, em Provezende, a Casa das Brolhas, em Lamego e o Solar da família Vaz Osório, no Peso da Régua, todas elas classificadas na categoria de imóvel de interesse público. Acresce as Quintas do Monte Travesso, da Aveleira, de S. António de Adorigo, todas situadas no concelho de Tabuaço, e a Casa da Azenha, em Rio Bom, que beneficiam da classificação de imóvel de interesse municipal. Tal como procuraremos justificar mais adiante, considerando que, comparativamente às casas e quintas já *imóveis de interesse público*, a Quinta do Paço do Monsul goza de características estruturais e patrimoniais umas semelhantes e outras únicas, entendemos que esta propriedade deverá integrar a lista dos bens classificados.

Antes de avançar e uma vez que este trabalho tem como objectivo principal propor a classificação patrimonial de uma quinta vinhateira duriense representativa do território e das práticas culturais da região, parece-nos importante definir o conceito de “Património Cultural”.

Segundo a Lei de Bases do Património Cultural Português, de 8 de Setembro de 2001, *integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objecto de especial protecção e valorização. E também, os bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas, assim como os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa*⁵⁴.

Tal como se lê na obra “Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação”⁵⁵, o Património Cultural tem sido definido, ao longo dos tempos, como um *conjunto de recursos herdados do passado*, que testemunham e expressam valores, crenças, saberes e tradições em constante evolução. Estamos perante “pedras vivas”, como diz Rabelais⁵⁶.

Outubro de 1946 (ver: FAUVRELLE, Natália (coord.) - *Marcos da Demarcação*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2007).

⁵⁴ Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

⁵⁵ MARTINS, Guilherme de Oliveira – *Património, Herança e Memória. A Cultura como criação*. Lisboa, Gradiva, 2009.

⁵⁶ MARTINS, Guilherme de Oliveira – *Património, Herança e Memória*. p. 25.

À luz desta definição, as quintas vinhateiras do Douro deverão ser consideradas como Património Cultural, integradas, como estão, numa paisagem original, própria e encaradas como um dos elementos essenciais caracterizadores de um território já classificado como património da Humanidade. Merecem, por isso, legislação apropriada, que as proteja e valorize, de acordo com os conceitos e actuais técnicas de conservação e reabilitação do Património.

2.3. Vantagens da classificação do Alto Douro Vinhateiro

Apesar das insuficiências, veremos, em seguida, algumas das vantagens que, ao longo de dez anos, a classificação de Património Mundial trouxe para o Alto Douro Vinhateiro.

Logo a partir do momento em que se inicia um processo de classificação, o bem em causa fica sujeito a directrizes no sentido de assegurar a sua preservação e conservação. Quando, finalmente, um determinado bem é classificado como Património Mundial, tal facto tem como consequência imediata o reconhecimento por parte dos especialistas e do público em geral, do seu papel num determinado tempo e espaço, enquanto elemento representativo de uma cultura, memória e tradição.

Nas *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*⁵⁷ há um capítulo dedicado à Protecção e Gestão do bem, no qual se recomenda que todos os Estados devem criar legislação documentada – ou outros sistemas de gestão – de forma a assegurar a salvaguarda e conservação do bem no longo prazo. Estas estratégias podem variar segundo as ópticas culturais e os recursos disponíveis, para além de outros factores: *podem integrar práticas tradicionais, instrumentos de planeamento urbano ou regional em vigor, e outros mecanismos de controlo de planeamento, formal ou informal*⁵⁸. Deste modo, a classificação como Património Mundial exerce uma inegável pressão sobre os Estados no sentido de tomarem medidas destinadas a preservar o valor excepcional do bem em causa e a garantir que novos projectos ou intervenções não o venham a prejudicar no futuro. Em si mesmo, este facto é uma vantagem associada à classificação, de que o Alto Douro Vinhateiro beneficiou.

⁵⁷ *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*. 2003-2005. [Http://whc.unesco.org](http://whc.unesco.org).

⁵⁸ *Orientações para a aplicação da Convença*. p. 44.

Por outro lado, pode afirmar-se que o próprio processo de classificação, neste caso o do Alto Douro Vinhateiro, constitui um factor de consciencialização sobre o património, a sua protecção e a sua divulgação e, portanto, um claro proveito para o território. Até mesmo do contacto frequente das autoridades competentes com a legislação aplicável resulta num *saber* útil para a protecção dos bens culturais. No caso particular da classificação do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial e como estratégia de salvaguarda da região, no momento da candidatura criou-se a *Liga dos Amigos do Douro*, que foi integrada no programa de *Ordenamento e Gestão do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*⁵⁹.

Além disso, ao certificar a conservação do património, a classificação obriga a que os proprietários dos bens executem obras de conservação, sempre sob a vigilância das autoridades competentes⁶⁰. De facto, actualmente, as obras ou alterações nos elementos patrimoniais da área classificada só podem ser efectuadas mediante a aprovação de técnicos qualificados, e desde que recorram a técnicas e utilizem materiais que não alterem as características originais do bem. Essas remodelações devem efectuar-se apenas quando forem extremamente necessárias e são acompanhadas por um estudo de avaliação histórica ou artística da intervenção, assegurando a sua legitimidade. No caso do Alto Douro Vinhateiro, as intervenções deverão obedecer às regras definidas no anteriormente referido *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro* (PIOT), e necessitam para a sua concretização da aprovação prévia da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, CCDR-N.

Na opinião de Teresa Andersen⁶¹, as características da paisagem cultural do Alto Douro Vinhateiro apresentam *fortes potencialidades de sustentação do ponto de vista produtivo. Quer em torno da produção de vinhos, quer no âmbito do turismo cultural e lazer*. Ou seja, a classificação da paisagem pode proporcionar um desenvolvimento sustentável, promovendo e mantendo o estatuto de qualidade e de referência da região.

⁵⁹ SOUSA, Fernando de – *O Alto Douro. Da Demarcação Pombalina à Classificação de Património Mundial*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2007. Repositório Aberto da Universidade do Porto. p. 20.

⁶⁰ Ver Artigo 46º do Decreto-Lei nº 107/01 *D.R. I Série-A* 209 (01-09-08).

⁶¹ ANDERSEN, Teresa – *A paisagem do Alto Douro Vinhateiro: Evolução e sustentabilidade*. Actas do Congresso de Homenagem ao Douro e seus Rios . Memória, Cultura e Provir. Fundação Nova Cultura da Água, 2009. www.Unizar.es/fnca/duero/docu/p.315.pdf.

De facto, ao longo dos 10 anos de classificação, para além do vinho, o sector com maior investimento e desenvolvimento na região do Alto Douro tem sido o do turismo e das suas variantes culturais, o ecoturismo ou o enoturismo. Atente-se por exemplo, o *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013*⁶², elaborado pela Estrutura de Missão do Douro, que se propõe desenvolver a actividade turística sustentável no Vale do Douro, tendo em vista o melhoramento das condições de vida e a fixação das populações à região. Este plano contempla ainda a valorização do património histórico-cultural e rural, beneficiando da enorme vantagem da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade. A aplicação deste plano, de extrema utilidade para a região, contribuirá significativamente para a promoção e para a defesa da paisagem única do Douro, sendo este o recurso turístico mas importante da região⁶³.

Recorrendo a jornais, revistas, artigos de opinião e principalmente aos estudos elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística ou pela CCDDR-N, pode constatar-se o notável investimento e desenvolvimento turístico de que esta zona tem sido alvo⁶⁴. Concomitantemente, melhoraram-se ou estão em vias de se melhorar, as infra-estruturas rodoviárias, todo o espaço “Património Mundial” e da “Região Demarcada do Douro” foi equipado com sinalética adequada e produziu-se informação sobre os pontos de interesse cultural da região. Sem dúvida, aumentou a sensibilização dos agentes regionais, da população e dos turistas para a importância da requalificação, preservação e valorização ambiental do vale do Douro⁶⁵.

A partir da data da classificação, de ano para ano, o Douro tem visto aumentar os seus visitantes⁶⁶. Os investimentos turísticos e culturais são, agora, significativos⁶⁷, e

⁶² MAGALHÃES, Ricardo (coord.) – *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013*. Estrutura de Missão do Douro, Setembro de 2008.

⁶³ RIBEIRO, Manuela – *Turismo rural e desenvolvimento na região do Douro – Processos e (alguns) resultados da evolução recente do sector*. Estudos e Documentos Nº6. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1998. pp. 25-49.

⁶⁴ Ver: www.ine.pt e www.ccr-norte.pt.

⁶⁵ MAGALHÃES, Ricardo (coord.) – *Plano de Desenvolvimento Turístico*. p. 26-29.

⁶⁶ MAGALHÃES, Ricardo (coord.) – *ob.cit.* p. 12.

⁶⁷ *Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013* p. 107 in <http://www.qren.pt>. Acerca destes largos investimentos podemos ler: “o *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro* vai receber 20,8 milhões de euros de fundos comunitários através do Programa Operacional Regional do Norte para aplicação em 24 projectos de investimento no valor total de 29,8 milhões.” in www.jn.pt consultado a 23.4.2010 às 9.00.

existe o objectivo de tornar o Vale do Douro num destino turístico de excelência⁶⁸. A qualidade da hotelaria e restauração no território beneficiou, em 2000, da criação de um centro de formação profissional, a Escola de Hotelaria de Lamego⁶⁹.

A premiar estes esforços, a região demarcada do Douro entrou recentemente no sétimo lugar do *ranking* dos destinos turísticos sustentáveis da afamada *National Geographic Society*, que tem como critérios: a “qualidade ambiental e ecológica, a integração social e cultural, o estado de conservação de edifícios históricos e sítios arqueológicos, o apelo estético, a qualidade da gestão turística e perspectivas para o futuro”⁷⁰. Este será um importante incentivo para a região do vale do Douro, que receberá desta forma muito mais publicidade e maior reconhecimento.

Nos últimos anos, realizaram-se várias acções destinadas a preservar a paisagem Património Mundial. Por exemplo, a remoção de lixos e lixeiras, a limpeza das águas dos rios e a recuperação de certas áreas mais degradadas. Estas actividades foram concretizadas no âmbito do programa *Erradicação das Dissonâncias Ambientais do Douro*, da responsabilidade da CCDR-N e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos⁷¹. E, sobretudo, foi imposto um limite à construção aleatória e arbitrária, exigiu-se o cumprimento das regras de ordenamento do território, tendo em atenção os enquadramentos arquitectónicos e paisagísticos⁷².

No entanto, há quem não se sinta abrangido pelos benefícios resultantes da classificação, como acontece com alguns lavradores, produtores, proprietários de adegas e pessoas residentes na região que vivem exclusivamente de rendimentos provenientes da actividade vitivinícola. Para algumas destas pessoas a classificação trouxe mais limitações do que vantagens. De facto, apesar dos esforços, a classificação não conseguiu resolver, tanto quanto se esperava, os problemas da desertificação das freguesias e o envelhecimento da população, pois não se operou a tão desejada fixação dos jovens à terra. A baixa criação de postos de trabalho fora do sector primário, ou as limitadas melhorias em infra-estruturas, serão algumas das razões que explicam a continuada saída da população mais jovem para centros urbanos de maiores dimensões.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ www.ccr-norte.pt/regnorte/douroup2.pdf

⁷⁰ MEIRELES, Maria – Artigo do *Jornal Expresso*, 29 de Outubro de 2009. www.expresso.pt.

⁷¹ www.ccr-norte.pt/.

⁷² <http://www.ccr-norte.pt/>.

Por exemplo, nos últimos vinte anos, o Alto Douro perdeu quinze por cento da sua população, ficando apenas com 180 mil habitantes⁷³.

É, assim, um grande desafio para autoridades implementar estratégias que evitem o despovoamento do território e que melhorem, efectivamente, as condições de vida das populações residentes no Alto Douro Vinhateiro, tirando todo o partido possível da sua classificação como Património da Humanidade.

2.4. As Quintas Vinhateiras no contexto do Alto Douro

O Alto Douro Vinhateiro, assim como toda a região demarcada, é formado por elementos organizadores da paisagem, cidades, aldeias, vilas, espalhados pelo território, a curtas distâncias entre si, geralmente situados em cotas de terreno elevado e só raramente à beira rio. Destes elementos fazem parte, ainda, as quintas vinhateiras, propriedades localizadas fora dos centros urbanos e quase sempre isoladas.

Esta difusão resulta do facto de o Alto Douro Vinhateiro ter um tipo de povoamento disperso, decorrente da fragmentação da propriedade e de uma tradição histórica de implementação de pólos administrativos. É uma área extremamente dividida, com profundas assimetrias entre grandes e pequenos proprietários⁷⁴. O isolamento das quintas relaciona-se também com os objectivos de produção e com as características da prática vinhateira. Em geral, as quintas vão aumentando de dimensão à medida que seguimos de oeste para leste. Na região do Baixo Corgo predomina a pequena e média propriedade, enquanto no Douro Superior, prevalece a grande propriedade⁷⁵.

No Baixo e Cima Corgo desenvolve-se, também, um certo tipo de povoado que resultou da actividade comercial ligada ao transporte fluvial e, mais tarde, ao ferroviário, com características mais urbanas. São centros terciários (como, por exemplo, a Régua), que funcionam como plataformas de interface dentro da própria região e para fora dela, principalmente para a cidade do Porto⁷⁶.

⁷³ <http://www.ccr-norte.pt/>

⁷⁴ BARRETO, António – *Douro*. Lisboa: Edições Inapa, 1993. p. 71.

⁷⁵ PARKHURST, Shawn – *A região na aldeia*. Douro - Estudos e Documentos Nº1. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1996. p. 125.

⁷⁶ AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000. p. 73.

As aldeias vinhateiras *oferecem um aspecto previsível nestas terras acidentadas: casas juntas, abrigadas umas das outras*⁷⁷. Nelas coexistem habitações de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores que, na sua maioria, vivem na dependência dos grandes proprietários. Há também casas de grandes senhores, brasonadas, exibindo cantarias de granito nos caixilhos das janelas. Muitas vezes, estes proprietários viviam nas aldeias ou cidades mais próximas, preferindo um estilo de vida diferente do que o proporcionado pelo ambiente rural das quintas⁷⁸.

Como já foi afirmado, a região do Alto Douro está intrinsecamente ligada à produção e comercialização do vinho, produto impulsionador das transformações ocorridas ao longo dos séculos. Justifica-se assim que, o *vinho impõe transformações evidentes nas formas de povoamento, fazendo surgir, pelas encostas vinhateiras, casais e quintas dispersas (...)*⁷⁹.

É nosso propósito abordar, em seguida, a questão da classificação patrimonial das quintas vinhateiras durienses, testemunho das referidas alterações sofridas pelo território, e que são a estância da principal actividade do Douro, a cultura vinícola. Veremos como as suas estruturas arquitectónicas são representativas da cultura e história da região do Alto Douro Vinhateiro, por sua vez, já classificada.

Existe um pormenor que pela sua importância e representatividade devemos referir. É o facto de muitas (e algumas das melhores) quintas pertencerem desde o século XVIII-XIX a empresas produtoras e comerciais, como a afamada A.A Ferreira de D. Antónia Ferreira, algumas delas estrangeiras⁸⁰. A longa exposição a mercados comerciais com exigentes critérios de qualidade influenciou a construção e a disposição das estruturas destas quintas, dotando-as de melhores e mais especializados equipamentos de apoio à produção, e promovendo formas de exploração agrícola mais intensivas.

É inevitável que, neste ponto, se volte a recorrer às referências históricas, dado que foi no decorrer dos tempos que as quintas se foram formando. Na opinião de

⁷⁷ BARRETO, António – *ob.cit.* p. 72.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ PEREIRA, Gaspar Martins – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. Revista da Faculdade de Letras – História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol.6, 1989. p. 313.

⁸⁰ Como a Kopke, a Croft, que possui a Quinta da Roeda desde o século XVIII, a Taylor's, sendo esta das primeiras a investir em vinhas próprias, ou a Graham's.

Natália Fauvrelle, o conceito de “quinta” no Alto Douro Vinhateiro encerra *uma unidade territorial, composta por terras cultivadas maioritariamente por vinha, com casa de habitação e construções anexas indispensáveis às tarefas agrícolas nelas desenvolvidas*⁸¹.

A quinta vinhateira duriense, modelo de estrutura agrária, caracteriza-se por se direccionar, quase exclusivamente, para a actividade vitivinícola. Através da plantação extensiva de vinhedo e, quando necessário, da construção dos socalcos, foi-se “desenhando” a sua paisagem específica. Na quinta podem residir inúmeros trabalhadores e, sazonalmente, a ela acorrerem até centenas de jornaleiros de fora para realizarem tarefas pontuais. Foi o trabalho de todos eles que construiu a paisagem que hoje caracteriza o Douro.

Na disposição das estruturas da quinta – que, adiante, descreveremos com mais detalhe –, é bem nítida a forte hierarquização dos espaços, com a casa do proprietário sita num local bem visível, gozando de melhores condições do que as restantes edificações. A posse e a ocupação da terra são assinaladas, frequentemente, através de inscrições nos muros da vinha ou da casa, com o nome da quinta pintado, ou por meio de uma plantação estratégica de grandes árvores ao longo de toda a propriedade, diferenciando-a, desse modo, das quintas vizinhas⁸².

Tipicamente, o maior e mais significativo elemento de uma propriedade (quinta) duriense é a casa de habitação dos proprietários. No entanto, a casa não é obrigatória se a função da propriedade for, unicamente, a produção de uvas (ou vinho). Quando existe e porque é um símbolo de poder, a casa principal adapta-se às posses e ao estatuto da família. Nestas condições, a casa principal destaca-se, sendo uma demonstração de domínio do espaço e impondo a sua presença perante a população vizinha. É construída *a partir de uma planta rectangular com rés-do-chão e sobrado*⁸³, ficando, no primeiro, a adega e servindo, o segundo, de espaço de habitação do proprietário. À medida que a produção e exportação do vinho do Porto aumentou nos séculos XVIII e XIX, as

⁸¹ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p. 23.

⁸² FAUVRELLE, Natália – *O Douro das quintas do Cima Corgo in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. p. 183.

⁸³ FAUVRELLE, Natália – *ob. cit.* p.68.

estruturas auxiliares de produção separam-se da casa e daí resultaram plantas de tipo mais complexo.

Regra geral, a planta adoptada para as casas das quintas vinhateiras é, como se disse, rectangular, de fachada corrida, virada para um pátio, à qual, por vezes, se acrescenta outra ala em forma de L.

Em quintas de proprietários nobres, a sala de estar é uma das divisões mais importantes da casa, abrindo-se apenas nos dias de festa ou por ocasião da presença de convidados especiais. É um local de recepção de visitantes, estando, por isso, decorada geralmente com peças representativas da linhagem da família, como por exemplo, fotografias, árvores genealógicas ou diferentes objectos de prestígio, nomeadamente, a representação da pedra de armas quando o estatuto de “nobreza” se aplica.

As quintas durienses têm, ainda, um outro compartimento importante, que se caracteriza por ser o centro de maior movimentação: a cozinha. Geralmente, há duas cozinhas, uma, na casa do proprietário e outra em edifício independente, destinado apenas aos trabalhadores. É a chamada “cozinha de fora”, onde as empregadas preparam as refeições dos trabalhadores e de todos os que habitam e visitam a propriedade. Local de convívio, faz as vezes de sala para o pessoal da quinta.

A capela é um elemento de arquitectura religiosa presente em muitas quintas vinhateiras. É também representativa do poder e influência dos donos, já que a sua construção implicava custos significativos. Por vezes, a capela é construída de maneira a dar seguimento à fachada da casa, comunicando com o seu interior através da tribuna⁸⁴, mas também é frequente situar-se em local separado da casa. Neste caso adquire um estatuto mais público, pois tanto pode servir os moradores da casa, como estar aberta aos trabalhadores, aos vizinhos da quinta, bem como aos habitantes da aldeia ou do lugar, reforçando, desta forma, a função social da quinta.

Além destes edifícios, existem outros que se destinam aos trabalhos agrícolas da propriedade e à produção de vinho. Estas estruturas separaram-se da casa principal desde que as produções aumentaram em volume e importância, sobretudo a partir dos

⁸⁴ FAUVRELLE, Natália – *O Douro das Quintas do Cima Corgo in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. p. 187.

séculos XVIII e XIX: trata-se de lagares, de vinho e/ou de azeite, de adegas, de armazéns, e dos chamados cardenhos⁸⁵.

Característico desta unidade de exploração é o seu modo de gestão, efectuada, na maior parte das vezes, não pelos donos, a viver relativamente afastados, mas sim por encarregados: os caseiros e feitores, que aí permanecem todo o ano. O seu trabalho consistia em *orientar e fiscalizar a execução dos trabalhos agrícolas, contabilizar os gastos*.⁸⁶ Até meados do século XIX, foi comum a prática dos emprazamentos, em que se arrendava a propriedade a outras pessoas, por várias gerações⁸⁷.

As quintas vinhateiras, no seu conjunto, contêm uma enorme riqueza patrimonial. São testemunhos históricos e culturais da construção de uma paisagem, onde se alia o património material à exploração vitivinícola, mas são também, património imaterial, constituindo um inestimável depoimento do saber e dos costumes associados à cultura da vinha e do vinho.

Tratando-se de elementos patrimoniais específicos de uma região vinhateira, essenciais para o reconhecimento da paisagem do Alto Douro, é desejável preservar e conservar as quintas vinhateiras através da sua classificação. Será, porventura, essa a melhor forma de manter viva a consciência da importância e do interesse deste património e de assegurar a sua divulgação.

⁸⁵ Assim são denominados, no Douro, as habitações onde, até há poucos anos, dormiam os trabalhadores sazonais, vindos de outras localidades. Casas térreas, uma para os homens, outra para as mulheres, com condições insalubres, sem entradas de ar ou luz. Separavam, igualmente, os trabalhadores rurais fixos, jornaleiros - que ficavam numa camarata todos juntos - dos trabalhadores mais especializados (por ex., enxertadores e tanoeiros), que utilizavam, também, camaratas, mas divididas em compartimentos.

⁸⁶ FAUVRELLE, Natália – *O Douro das Quintas do Cima Corgo*. p. 187.

⁸⁷ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p.185.

3. Capítulo II: A Quinta do Paço do Monsul

Neste capítulo apresenta-se a Quinta do Paço do Monsul, para a qual pretendemos elaborar o processo justificativo da sua classificação como *imóvel de interesse público*. Deter-nos-emos em três momentos específicos: no primeiro, depois de situar a Quinta na região, faremos uma breve exposição da sua história; no segundo, descreveremos a casa e os outros edificadoss, com destaque para a capela; no terceiro, apresentaremos a Quinta propriamente dita.

A Quinta do Paço do Monsul situa-se no Alto Douro, na margem esquerda do rio Douro, precisamente na sub-região mais ocidental, o Baixo Corgo, na freguesia de Cambres, lugar de Rio Bom, conselho da Lamego⁸⁸.

Em termos geológicos, Cambres assemelha-se a toda a região vinhateira já descrita, constituída por formações câmbrias, compostas essencialmente por xisto-grauvaques argilosos, com uma acentuada meteorização⁸⁹. O seu clima tem as características mediterrânicas próprias da região, especificadas anteriormente⁹⁰.

A paisagem morfológica desta freguesia apresenta alguns contrastes, sendo o declive do terreno menor junto ao rio Douro, local onde se fixaram as quintas de maiores dimensões. Muitas delas assumem, actualmente, um carácter empresarial, dedicando-se quase exclusivamente a funções agrícolas e produtivas e não à de habitação. Os seus vinhedos encontram-se reestruturados em sistemas mais actuais de implementação, predominando a vinha em terraços ou, em alguns casos de menor declive, a vinha ao alto.

⁸⁸ Figuras I.1 a I.4, Anexo I.

⁸⁹ PINA, Maria Helena Mesquita – *Cambres: um exemplo de multifuncionalidade no espaço duriense*. www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico.../023, pp. 2-3.

⁹⁰ Este clima proporciona excelentes condições para a plantação de vinha, sendo uma das principais razões de antiguidade e continuidade na prática de cultura vinícola na região. Segundo José Alves Ribeiro, o Baixo Corgo é ainda a sub-região com maior densidade de vinha na paisagem. Esta é também a zona que *mais conserva a vinha tradicional e a que mais conserva as tradicionais linhas de oliveira bordejando as vinhas*. Ribeiro, José Alves – *A vegetação natural e os agroecossistemas in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. pp. 61-64.

A leste, junto ao rio Varosa, existe um vale encaixado, com os típicos socacos. Esta zona recebe, frequentemente, a designação de “Varanda do Douro”⁹¹, sendo toda ela coberta de vinhedos que acompanham as curvas de nível do terreno.

A Quinta do Paço do Monsul situa-se numa elevação de terreno, com o seu perímetro marcado por ciprestes, traçando um recorte nítido no panorama geral, de onde se destaca⁹².

O primeiro proprietário da Quinta do Monsul foi Pedro Viegas, que a vendeu a D. Teresa Afonso, em 1163⁹³. Por sua vez, esta doou-a ao mosteiro cisterciense de Santa Maria de Salzedas, do qual foi fundadora⁹⁴.

Vimos já como na segunda metade do século XIII se verificou um grande desenvolvimento da cultura vinícola, bem como a da oliveira e a de cereais, o que, em grande parte, se deveu aos monges cistercienses. De facto, tal desenvolvimento permitiu-lhes dar resposta às suas necessidades monásticas, tanto espirituais como económicas, o que, com o tempo, se traduziu na obtenção de um peso social apreciável na região. Os monges exploravam os seus terrenos, *propriedades situadas no exterior do couto monástico, centros de exploração agrícola de dimensões variáveis ... compostos, geralmente, por uma serie de doações iniciais nas quais se incorporam terras anexas, formando uma propriedade suficientemente grande para ser foco das mesmas transformações que se operam no couto monástico*⁹⁵, através do sistema de *granjas*⁹⁶.

Em meados do século XIII, para além deste método de exploração, os monges no Douro também recorreram a aforamentos. Mediante o pagamento de rendas,

⁹¹ A altimetria da zona varia de 50m no extremo norte e 440m no extremo sudoeste. O relevo ascende de norte para sul, sendo o declive, maior, nas altitudes elevadas, daí esta designação. PINA, Maria Helena Mesquita – *ob.cit.* pp.2-3.

⁹² Figuras II.1, II. 2, Anexo II.

⁹³ No documento consta a data de 1201. Porém, o autor deste livro apresenta-nos a explicação: “[...] quem foram os seus primeiros possuidores desde a era de Cezar 1201 que vem a ser anno de Christo de 1163...”. *História das propriedades da Casa do Mosnul: Índice destas Memórias anno de 1862.* fl.1 Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul.

⁹⁴ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p.135.

⁹⁵ RODRÍGUEZ, José Ignacio de la Torre (coord.) - *Cister no Vale do Douro*. Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda, 1999. p.143.

⁹⁶ *Organização de campos de agricultura trabalhados por monges leigos, sem obrigação do ofício coral*. DIAS, Geraldo J. A. Coelho – *Importância dos mosteiros no mundo do vinho*. Douro – Estudos e Documentos nº 20. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2005. p. 125.

entregavam as terras a explorar a *pessoas individualizadas* ou a um *colectivo de pessoas*⁹⁷.

Essa situação ocorreu na Quinta do Paço do Monsul em 1331, data em que é emprazada ao conde de Penela. Este acto é assinalado num documento referindo-se a *Granja do Moçullo*⁹⁸, e nele se fazendo alusão ao *Paço* e à *Torre*. Em 1469, a Quinta é novamente emprazada, desta vez a Gonçalo Afonso Coutinho e a sua mulher, Beatriz Dias. Nesse emprazamento fazem-se já referência à existência de lagares⁹⁹. Outro prazo feito a Paulo Rodrigues, em 1541, contém uma breve exposição da Quinta e refere-se à *Caza do Paço* e a *dittas moradas que forão emprazadas a Gonçallo Affonso*¹⁰⁰.

No prazo datado de 12 de Abril de 1578, a Quinta é descrita de forma mais pormenorizada. O prazo é igualmente efectuado pelo Mosteiro de Santa Maria de Salzedas a D. Anna Rodrigues e, a partir deste documento, percebe-se a clara diferença existente entre os edifícios da Quinta e dão-se pormenores sobre as suas dimensões: haveria uma casa sobrada, outra casa serviria de cozinha, outra casa sobrada a que chamavam *Torre* e outra maior a que chamavam *Paço*. Descrevem-se igualmente os lagares, o que seriam os armazéns e “a cozinha de fora”, edifícios contíguos uns aos outros¹⁰¹.

Mais tarde, em 1599, Gaspar de Carvalho de Lucena, genro da Ana Rodrigues, e sua mulher, Leonor Gouveia Leitão, instituem no Monsul uma capela de invocação a

⁹⁷ RODRÍGUEZ, José Ignacio de la Torre – *ob.cit.* p.157

⁹⁸ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p.135.

⁹⁹ [...] *que por diante pague o Foro dellas herdades Vinhas Souttoss, e huma parte Olivaes, e Lagares e Pumares, mais a Vinha que trazia Joao Gonçalves, e Soutto com seu Bacello, assim como parte a Vinha de Antonio Fernandes com o lagar de Gonçallo Lopes e com o Cabbido e com Gonçallo Affonso, e mais o Lagar da Molher do dito Antonio Fernandes [...].* Cit. por FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro...* p.142.

¹⁰⁰ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p. 136.

¹⁰¹ [...] *Emprazarão humas cazas que estão na Quinta do Moçullo. Primeiramente huma caza sobrada que tem em comprimento seis varas e de largo quatro; Outra caza que serve de Cozinha a qual he terreira que tem sette varas de comprido e quatro varas de largo; Outra caza sobrada que chamão Torre que tem sette varas de comprido e sinco de largo. Uma outra caza que chamão Paço que tem sette varas de comprido e de largo sinco. Outra caza terreira com hum pardieiro que tem tudo de comprido treze varas de largo quatro. Outras cazas sobradas com suas lojas que tem de comprido nove varas e de largo seis varas. Huma caza que tem dous lagares que tem de comprido sinco varas e meia e de largo sette. Hum pardieiro pegado a esta caza que tem sette varas de comprido e oito de largo. Mais outra caza derrobada que tem seis varas de comprido três de largo, partem estas cazas, digo outra cozinha sobradada que tem sinco varas craveiras em comprido e três e meia de largo, partem estas cazas com Anna Gonçalves moradora na mesma Quinta e com Pantalhão Francisco morador em Sande, tem estas cazas huma serventia para hum terreiro que esta adiante dos portaes das dittas cazas...* Cit. por FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* pp. 136-137.

Santo António. Esta capela será mencionada no prazo de 1691, feito a D. Antónia Salema¹⁰². Mais adiante, faremos uma descrição pormenorizada deste edifício.

Outros contratos de emprazamento que pertencem ao Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul revelam a tentativa de manter a Quinta na mesma família ao longo dos tempos, neste caso a família Guedes de Vasconcelos. São exemplos o prazo outorgado em 1725 a Luís Guedes de Vasconcelos, filho de D. António Salema de Vasconcelos¹⁰³ e a sua mulher, Clara Jacinta de Almeida, neta de Gaspar Leal Gomes, Sargento-mor da cidade de Lamego, ou um outro feito ao filho destes¹⁰⁴, Bernardo Guedes de Vasconcelos, em 1754¹⁰⁵.

A 20 de Junho 1888, a Quinta do Paço do Monsul foi vendida por Afonso Guedes de Carvalho, descendente dos referidos Guedes de Vasconcelos, a Artur Mendes de Magalhães Ramalho, ficando durante nove anos fora da família Guedes. Em 1897, volta a ser recuperada por Afonso do Vale Coelho Pereira Cabral e sua mulher Inês Guedes de Carvalho¹⁰⁶, que realizaram, então, obras de alguma envergadura nas infra-estruturas da propriedade. Note-se que Quinta mantém actualmente praticamente as mesmas estruturas e o aspecto que lhe foi dado no final de século XIX por esses proprietários.

A Quinta do Paço do Monsul é bem representativa das quintas vinhateiras durienses, uma vez que possui a maioria das características já enumeradas no capítulo anterior. Passamos, em seguida, à descrição da casa, da quinta, seus terrenos agrícolas e das restantes edificações e espaços que a compõem. Tratar-se-á com mais pormenor a casa do proprietário, dada a sua dimensão, a capela da Quinta, pela sua importância e a

¹⁰² “Item o Casco da Quinta que emche em si dezacette Olliveiras e arvores do Espinho e Pumar e huma Horta, e huma Capêlla [...]” Cit. por FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* pp. 153.

¹⁰³ *Memórias realizadas em 1866. Documentos avulsos* – Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul fl.1-11. CABRAL, Gonçalo D’Aguiar; PINTO, Segismundo – *Estudos Heráldicos*. Separata da Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte. IV Série, Tomo IV, nºs 1,2 e 3. Lisboa 1992. p. 294.

¹⁰⁴ “ [...] o Real Mosteiro de Sanca Maria de Salzedas procedeu a renovação de Prazo de toda a Quinta do Paço do Monsul a Sr. Bernardo Guedes de Vasconcelos em 17 de Dezembro de 1754 sendo nesse tempo Frei Joze Soares D. Abbade do mesmo Mosteteiro...”. *Memórias realizadas em 1866. Documentos avulsos* – Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul. fl. 8-11.

¹⁰⁵ O Anexo III contém um fac-simile das páginas 4 a 11 da *História das propriedades da Caza do Monsul* de 1862, baseada nos prazos referidos.

¹⁰⁶ Sobrinha de Afonso Guedes de Carvalho. CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – *Livro de vários apontamentos começado em 20 de Fevereiro de 1899* Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul.

parte agrícola e de recreio, por se tratarem de espaços pouco abordados, que valorizam grandemente o edificado.

Baseando-nos nos prazos acima mencionados, depreendemos que as construções que actualmente compõem a Quinta seriam, na sua maioria, as mesmas que aí estão referidas, já que a sua disposição e utilização se mantêm no presente.

No sopé de uma encosta, na Estrada Nacional 1069 em direcção a Rio Bom, situa-se a entrada da quinta que se faz por um caminho, até há poucos anos de terra batida, hoje empedrado, que vai dar a uma exótica alameda de grandes palmeiras, plantadas nos primeiros anos do século XX¹⁰⁷.

Como é habitual, a casa do proprietário fica situada numa zona mais elevada, marcando o estatuto e a função social dos seus donos. É composta por rés-do-chão – incluindo uma pequena adega e armazém – sobrado e piso superior, constituindo estes últimos os espaços habitacionais. O sobrado é o piso “nobre”, onde se encontram as dependências de maior importância, como a sala da entrada onde se recebem as visitas, a sala de jantar, o escritório, os melhores quartos de dormir e a cozinha. À casa, de traça simples, junta-se um elemento de algum prestígio, a escadaria de pedra, que termina num balcão de acesso à entrada principal¹⁰⁸.

A casa foi objecto de vários e consecutivos acrescentos, com alas que datam do século XVI e outras já do século XIX¹⁰⁹. O terceiro piso foi acrescentado em finais de século XIX, tendo sido acabado em data não determinada, mas seguramente anterior a 1914¹¹⁰. Ao longo dos anos, evolução foi decorrendo de acordo com os recursos financeiros dos proprietários, sendo que a mais recente – a construção do terceiro piso – se deveu às necessidades de alojamento da família (Afonso Pereira Cabral e Inês Guedes de Carvalho tiveram 14 filhos). Quanto à *Torre* referida nos prazos acima transcritos, muito provavelmente constituiria a parte norte da casa, a chamada *torre medieval*¹¹¹.

¹⁰⁷ Figuras VII.1 e VII.12, Anexo VII.

¹⁰⁸ Figura IV.5 Anexo IV.

¹⁰⁹ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro. As arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p.71.

¹¹⁰ Figuras IV.1, IV.2, Anexo IV.

¹¹¹ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p.140. Vasco Valente (genro de Afonso Pereira Cabral e Inês Guedes de Carvalho) executou, em 1927, numa parede interior da casa uma pintura mural reconstituindo a *Caza do Paço e Torre do Moçulo* efectuada com base nas descrições contidas nos referidos prazos.

A fachada da casa ergue-se de frente para o pátio da Quinta. O pátio é um elemento comum nas quintas do Douro sendo que, neste caso, todas as estruturas de apoio agrícola, lagares, adegas, assim como a casa dos caseiros e a Capela estão voltadas para ele. Desta forma, torna-se um elemento agregador das várias construções, permitindo uma maior unidade e, ao mesmo tempo, isolando-as do exterior através de portões e portinholas de ferro¹¹². No pátio, em lugar central, encontra-se um grande tanque com a data de 1469¹¹³.

A casa dos caseiros, com uma estrutura idêntica à casa principal, mas mais modesta em termos de espaço, situa-se afastada da casa dos senhores. É este o primeiro edifício com que se depara ao entrar no pátio, do lado direito. Tem dois pisos e o acesso ao primeiro andar faz-se por uma escada exterior¹¹⁴.

Entre a casa do proprietário e a dos caseiros – as construções de maior dimensão – rodeando e fechando o pátio, existem outras importantes estruturas destinadas à actividade agrícola. São os armazéns, as adegas e os lagares¹¹⁵, que funcionaram regularmente até meados do século XX, constituindo equipamentos essenciais para todo o processo de preparação de vinho e o azeite, que era também produzido na Quinta até 1940¹¹⁶. Por falta de meios humanos, económicos e técnicos, hoje em dia apenas uma pequena parte das uvas é vinificada na Quinta e o azeite é extraído em lagares exteriores ao Paço do Monsul, local para onde depois regressa para ser consumido¹¹⁷.

A cerca de vinte metros da casa de habitação, do lado Norte e mesmo rente à vinha, situa-se um pequeno conjunto de edifícios complementares ao funcionamento da

Essa pintura mural mantém-se actualmente em razoáveis condições de conservação (Figura IV.4, Anexo IV).

Deve-se ao Dr. António Vasco Rebelo Valente a instalação, em 1940, do Museu Nacional Soares dos Reis no Palácio dos Carrancas do Porto, local onde permanece. Vasco Valente era nessa data Director daquele Museu, cargo que ocupava desde 1932. Nascido no Porto a 19 de Abril de 1883, foi, de entre outras actividades e funções, genealogista, historiador, escritor, crítico de arte e director artístico da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre.

¹¹² Figuras IV.6, IV.6 e IV. 15, Anexo IV.

¹¹³ Figuras IV. 7, IV.13 e IV.14, Anexo IV.

¹¹⁴ Figura IV. 7, Anexo IV.

¹¹⁵ Figuras IV.8, IV.9 e IV.10, Anexo IV.

¹¹⁶ A Quinta produz, em média, cerca de 72 toneladas de uvas por ano (equivalente a aproximadamente 95 pipas de vinho) e 550 litros de azeite por ano.

¹¹⁷ Actualmente, na Quinta do Paço do Monsul produz-se vinho fundamentalmente para auto consumo e, esporadicamente, alguma quantidade para venda comercial, sendo a maior parte das uvas vendidas à empresa *Taylor's*.

Quinta, mas hoje em desuso: os cardenhos. Presentemente não se justifica a sua utilização, já que os trabalhadores vêm de aldeias e cidades próximas, deslocando-se facilmente em viaturas próprias, não tendo necessidade de pernoitar na Quinta. Tal como foi explicado anteriormente, este equipamento servia para albergar os trabalhadores sazonais - as rogas - vindos de regiões vizinhas e da Galiza e que procuravam trabalho nas vindimas¹¹⁸. É de notar que do ponto de vista da salubridade, espaço e condições de habitabilidade, os cardenhos da Quinta do Monsul evoluíram consideravelmente a partir dos anos cinquenta do século XX: de ente outras acções, abriram-se janelas e adquiriu-se melhor mobiliário¹¹⁹.

Fora do complexo de edifícios que circundam o terreiro, encontram-se os galinheiros que, no século XIX, se situavam na parte baixa da casa dos caseiros, assim como os resguardos para porcos, coelhos e outros animais. Por questões de salubridade o galinheiro foi desactivado e os animais de capoeira, pertença dos caseiros da Quinta, são hoje guardados num outro local, mais distante da casa que habitam.

Elemento de grande importância nas quintas durienses, como vimos, é a cozinha. Na Quinta do Paço do Monsul existem duas cozinhas, estando uma delas localizada na casa principal¹²⁰ e a outra num edifício distinto, junto dos lagares e adegas. Esta cozinha, que mantém a tradicional lareira, elemento agregador de convívio, é utilizada pelos caseiros e trabalhadores da propriedade e é chamada a “cozinha de fora”¹²¹. Muito provavelmente é a mesma que vem mencionada no prazo anteriormente referido de Abril de 1578 a D. Anna Rodrigues.

Salvo algumas modificações que se tornaram obrigatórias, como é o caso de alguns equipamentos e das canalizações de água e gás, a cozinha da casa preserva toda a sua antiga disposição. Também as cores foram mantidas – o amarelo ocre nas paredes e o azul na madeira das portas e armários¹²² – o que contribui para o ambiente tradicional, que ainda hoje nela se respira.

¹¹⁸ Cfr. nota 83 do primeiro capítulo deste trabalho.

¹¹⁹ Diz o então administrador da Quinta, filho de Afonso Cabral: “*Resolvi modificá-los por completo este ano (1956). Ficaram bem, higiénicos, com muito ar e luz e camas individuais duplas...*”, CABRAL, Luís - *Quintas – Lembranças. Começado em 1948 no Monsul*. Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul.

¹²⁰ Figura V.10, Anexo V.

¹²¹ Figuras IV.11 e IV.12, Anexo IV.

¹²² FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p.72-75.

Tal como a cozinha, outros espaços na casa do proprietário têm interesse e merecem a nossa atenção. Entrando pela porta principal, deparamo-nos com uma ampla sala de recepção¹²³, com um interessante tecto em masseira e um rústico travejamento em madeira. Nesta sala podem apreciar-se duas edições dos mapas do Barão de Forrester, uma do *Douro Portuguez e Paiz Adjacente, com tanto do rio quanto se pode tornar navegável em Espanha*, de 1860¹²⁴, e outra do *Mappa do Paiz do Paiz Vinhateiro do Alto Douro*, de 1843. Na sala existe também um armário contendo livros adquiridos maioritariamente no século XIX, assim como o espólio fotográfico da Quinta. Neste espólio podemos encontrar, por exemplo, fotografias da construção da ponte metálica da Régua, inaugurada a 1872.

Passando por esta sala, podemos entrar quer na sala de estar, com tectos em caixotões octogonais, quer no escritório, onde está guardada grande parte da biblioteca da quinta, com livros de temática especializada de agricultura, dedicados a temas como a plantação de vinha, doenças da videira, jardinagem, entre outros. Neste escritório, que beneficia de uma atmosfera muito particular, já que é mantido praticamente com a mesma decoração, arrumação e equipamentos com que Afonso Cabral o deixou na data do seu falecimento em 1946, existe uma escrivaninha do século XIX e um cofre dos princípios do século XX^{125,126}. Note-se que a maior parte do mobiliário existente na Quinta foi adquirido em fins do século XIX, mantendo-se actualmente praticamente na mesma disposição.

Neste piso, ao longo dum largo corredor em soalho de madeira¹²⁷, deparamo-nos com dois quartos, a que se chamam “celas”¹²⁸ pelas suas pequenas dimensões, dois quartos amplos¹²⁹ (um dos principais equipado com um fogão de sala) e a sala de jantar, também com fogão de sala¹³⁰. Descendo por umas escadas, encontramos mais dois

¹²³ Figura V.1, Anexo V.

¹²⁴ Figura V.2, Anexo V.

¹²⁵ Figura V.3, Anexo V.

¹²⁶ Cofre de 1911 da fábrica João Thomaz Cardoso de Villa Nova de Gaya.

¹²⁷ Figura V.4, Anexo V.

¹²⁸ Figura V.5, Anexo V.

¹²⁹ Figura V.8, Anexo V.

¹³⁰ Figuras V.6 e V.7, Anexo V. Os fogões foram produzidos pela *Columbian Stove Works*.

quartos¹³¹ e duas casas de banho acrescentadas em 1995¹³². O terceiro piso, adicionado em 1914, como dissemos, possui mais cinco quartos¹³³ e uma casa de banho.

Nesta apresentação dos edifícios que compõem a Quinta do Paço do Monsul, queremos destacar, pelo seu particular interesse, a Capela¹³⁴. Este edifício é datado de 1599¹³⁵ e fica situado à esquerda de quem entra no pátio da Quinta e no lado oposto à casa principal, num local afastado, mais adaptado às suas funções religiosas: *em frente das Casas da mesma em hum logar solitário próprio para a meditação e oração*¹³⁶.

Esta capela tinha o privilégio de possuir o Santíssimo Sacramento¹³⁷, como se pode ler nas memórias de Afonso Cabral: *Concluídas estas obras, estabeleceu-se novamente a capellania n'este santuário, que desde estes annos se achava interrompida com sensível prejuízo para a vizinha povoação de Rio Bom, a qual pela distância da sede da freguesia se achava muito desprovida de recursos espirituais. Todo o povo de Rio Bom frequentou sempre a Capela do Monsul nos dias santificados (...)*¹³⁸. Na própria Capela, e reafirmando este aspecto, podemos ler numa das suas inscrições o seguinte: *Os administradores desta Capella tem permissão de aqui poderem ter sempre o santíssimo sacramento, e a despeza da sua lâmpada é a custo do grande patrimonio que esta mesma Capella lhe fizerão em 1679.*

A entrada da capela faz-se por um arco de volta inteira com a inscrição do ano da sua fundação (1599) sob uma pedra de armas¹³⁹. A capela de Santo António é de

¹³¹ Num destes quartos existe uma placa evocativa contendo a seguinte inscrição: *Quarto ocupado por Mouzinho de Albuquerque no seu regresso da campanha d'África em 30 de Setembro de 1898.*

¹³² Foi nesta data em que se realizaram as últimas obras na Quinta do Paço do Monsul. Mudaram-se as canalizações de água, fez-se uma nova instalação de gás e de aquecimento, e acrescentaram-se três novas casas de banho.

¹³³ Figura V.9, Anexo V.

¹³⁴ Figuras VI.1 e VI.2, Anexo VI.

¹³⁵ *Em huma inscripção que esta levantada á direita do arco da capella dis seg: Esta Capella foi Edificada por Gaspar de Carvalho de Lucena Fidalgo da Caza de Sua Magestade filho de Luis de Carvalho Souza Guedes Fidalgo Cavalleiro de El Rei e de sua Molher D. Anna Carreiro no anno de 1599."* *História das propriedades da Caza do Monsul: Índice destas Memórias anno de 1862.* AHQPM fl. 101.

¹³⁶ *História das propriedades da Caza do Monsul, 1862.* Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul, fl. 101.

¹³⁷ CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – *Livro de vários apontamentos começado em 20 de Fevereiro de 1899* Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul. p. 66.

¹³⁸ CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira - *Livro de vários apontamentos.* p. 70.

¹³⁹ Figura VI.8, Anexo VI. "Escudo esquartellado com as armas dos Guedes e dos Vasconcelos e assim os contrários: timbre dos Guedes" CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – *Memórias de Família.* Porto, 1892-1945. p. 135.

planta longitudinal, de nave única com capela-mor¹⁴⁰. A capela-mor está adornada com imagens de santos¹⁴¹ e equipada com genuflexórios que se destinavam para as pessoas mais importantes. A nave, com bancos corridos, era destinada aos outros fiéis. A nave é revestida por azulejos decorados com motivos agrícolas¹⁴². Infelizmente, não nos foi possível determinar qual a sua data de origem (seguramente anterior a 1897). Para além de quadros com motivos religiosos, na sua maioria do século XIX, encontram-se várias placas comemorativas, ex-votos e inscrições nas paredes. No chão da capela existem ainda duas pedras tumulares, com inscrições¹⁴³. O sino da capela, em bronze, data de 1694.

A capela foi objecto de algumas obras, sendo as mais importantes efectuadas por ocasião do seu retorno para a família de Afonso Cabral, em 1897¹⁴⁴. Registe-se que estando aberta a toda a população, a capela de Santo António tem tido um papel importante no reforço da função social e agregadora da Quinta¹⁴⁵, neste caso no plano religioso.

No que se refere à parte agrícola, a Quinta dedica-se sobretudo à viticultura, mas também possui pomares, horta, olival e mata, elementos hoje pouco frequentes nas Quintas vinhateiras. De facto e como já se referiu, ao longo dos tempos, por todo o Alto Douro esses plantios têm vindo a ser abandonados ou modificados a favor do vinhedo. No Monsul, ao contrário do que ocorreu na maior parte do território duriense, estes espaços foram mantidos e conservados. Passaremos seguidamente a descrever estas áreas com maior pormenor.

Em termos agrícolas, desde que há memória a Quinta do Paço do Monsul tem mantido, como função primordial, a produção vinícola, particularmente a produção de

¹⁴⁰ Figuras VI.3 e VI.4, Anexo VI.

¹⁴¹ Figura VI. 5, Anexo VI.

¹⁴² Figura VI.4, Anexo VI. MONTEIRO, Manuel – *O Douro e as Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Edições Livro Branco, Lda, 1998. p. 136.

¹⁴³ Figura VI.7, Anexo, VI. Numa delas, lê-se: “*Esta sepultura mandou fazer para si, seus descendentes, e herdeiros Gaspar Leal Gomes Sargento-Mor Desta cidade em Janeiro de 1728*”.

¹⁴⁴ “*A primeira obra que tratei de fazer ao tomar posse deste casal foi a reforma da Capela a qual se achava em estado de abandono, desde de que a casa deixara de pertencer à família...Esta capela de modesta architectura como todas as d’aquella epocha na provincia tem o cunho característico do santuário d’aquelle tempo, acentuado no campanário encimado pela cruz de ferro e cata-vento, a porta em arco, as ameias laterais ou “grandezas”, o interior baixo e sem coro, os azulejos, qb*” CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – *Livro de vários apontamentos*. p. 70.

¹⁴⁵ Exemplo disso é a Missa Pontifical celebrada no dia 12 de Outubro de 1913, pelo então Arcebispo Bispo da Guarda, em que, pela ocasião, foram crismadas duzentas pessoas da freguesia. Cfr Cabral, Afonso, do Valle Coelho, *Memórias de família*. Porto: 1892-1945. p.136.

vinhos generosos. Dos seus 22 hectares, cerca de metade são ocupados por vinha. Note-se que no princípio do século XX os seus vinhos já obtinham 12 a 13 graus de álcool e chegava a produzir vinhos com 15 graus¹⁴⁶.

É interessante referir que na altura dos primeiros ataques da filoxera e do oídio que, como já vimos, se fizeram sentir com mais intensidade no Baixo Corgo, uma das produções alternativas encontrada pelos proprietários do Monsul foi a do cultivo do tabaco. Esta opção foi também a preferida por diversos donos de quintas vinhateiras, na tentativa de evitarem o abandono completo dos antigos terrenos de vinha. Este exemplo demonstra a abertura e flexibilidade dos proprietários das quintas em encontrar as alternativas necessárias para a sua sobrevivência em tempos de crise grave. O cultivo do tabaco foi apenas utilizado como recurso, tendo sido rapidamente abandonado após a introdução de bacelos americanos nas videiras da Quinta, técnica que permitiu combater eficazmente a filoxera.

Nas traseiras da casa, ocupando patamares sucessivos ao longo da encosta que lhe está adjacente, estende-se o pomar¹⁴⁷, com o seu grande laranjal, limoeiros e árvores de frutos variados - macieiras, pereiras e cerejeiras. Para além do pomar, estas espécies encontram-se espalhadas pela quinta¹⁴⁸, às quais se acrescentam as nogueiras, árvore bem característica da região do Alto Douro vinhateiro. Junto do pomar situam-se as colmeias, actualmente em número reduzido, mas de onde se extrai ainda um excelente mel. Durante muitos anos, este espaço acumulou a função de lazer e passeio, normalmente prestada pelo jardim¹⁴⁹.

Este terreno, em declive, tem na sua base a horta¹⁵⁰. É de salientar o complexo e extenso sistema de irrigação que a serve. Iniciando-se na parte superior do pomar no local onde existe uma mina, a água é canalizada através de regos em granito¹⁵¹ e decantada com recurso a curiosas pequenas bacias rectangulares, também talhadas em granito, espaçadas regularmente em intervalos de cerca de 12 metros¹⁵². A esta rede de canais, que no seu conjunto tem mais de 400 metros, estão associados alguns tanques

¹⁴⁶ BRITO, F. d' Almeida e – *A Quinta do Paço do Monsul no Alto Douro*. Revista agrícola “A Vinha Portuguesa”. Porto, Novembro 1916. p.12.

¹⁴⁷ Figuras VII.3 e VII.5, Anexo VII.

¹⁴⁸ Figura VII.7, Anexo VII.

¹⁴⁹ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p. 84.

¹⁵⁰ Figura VII.3 e VII.4, Anexo VII.

¹⁵¹ Figura VIII.3, Anexo VIII. FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p. 83.

¹⁵² Figura VIII.4, Anexo VIII.

que servem toda a zona do jardim, pomar e horta. Há também minas e tanques na zona da mata¹⁵³. É esta mesma rede que alimenta de água o já referido tanque do pátio da entrada. Aliás, a Quinta beneficia de um abundante número de nascentes e fontes¹⁵⁴, facto nada comum na região do Douro, de clima seco e solos xistosos, pobres.

Uma outra cultura que merece ser referida é a da oliveira, presente em várias áreas de olivais e em exemplares espalhados pela bordadura dos terrenos e caminhos, ao modo da região. Até ao século XX, como anteriormente já se referiu, produziu-se azeite na Quinta em lagar próprio.

Durante o ciclo de produção das uvas e do vinho é necessário recorrer a produtos e a estruturas de apoio à lavra e à transformação. Verificámos que a Quinta do Paço do Monsul desenvolvia autonomamente alguns desses meios. Na revista agrícola “A Vinha Portuguesa”, de 1916, faz-se uma descrição dos tratamentos utilizados por Afonso Cabral nas plantações agrícolas da Quinta. Por exemplo, na nitreira¹⁵⁵ era produzido um adubo com um teor elevado em azoto, com o qual se enriqueciam os solos. Deste modo, obtinham-se estrumes sem grandes custos, não recorrendo a adubos industriais¹⁵⁶. Na Quinta do Monsul também se produzia tremoço para fertilizante, que era utilizado em conjunto com nitrato de sódio.

Exemplificativo da fertilidade e capacidade produtiva da Quinta é o comentário efectuado por Manuel Monteiro, historiador de arte e etnógrafo, que nos inícios do século XX, descreveu a Quinta do Paço do Monsul como *um mostruário experimental, um resumo prático da capacidade produtora do Douro*¹⁵⁷. Esta característica parece acompanhar a Quinta em toda a sua história.

No lado poente da Quinta do Paço do Monsul, em terreno de certa elevação, encontra-se a mata¹⁵⁸, elemento hoje em dia pouco comum nas quintas do Douro. Como se viu, esta situação ocorreu sobretudo devido à desbravação que foi efectuada em grande escala a partir do século XVIII para dar lugar às vinhas e quase à monocultura vinícola. A mata é composta por diversas espécies arbóreas de tipo mediterrâneo,

¹⁵³ Figuras VIII.5 a VIII.8, Anexo VIII.

¹⁵⁴ Figuras VIII.1 e VIII.2, Anexo VIII.

¹⁵⁵ BRITO, F. d’ Almeida e – *A Quinta do Paço do Monsul no Alto Douro*. “A Vinha Portuguesa”. Porto, Novembro 1916. p. 11.

¹⁵⁶ FAUVRELLE, Natália – *ob.cit.* p. 101.

¹⁵⁷ MONTEIRO, Manuel – *O Douro e as Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Edições Livro Branco, Lda, 1998. p. 136.

¹⁵⁸ Figuras VII.3 VII.6, Anexo VII.

predominando os cedros, os pinheiros, mansos e bravos, os medronheiros e os castanheiros. Note-se que na Quinta existem mais árvores do tipo mediterrâneo (oliveiras e azinheiras, por exemplo), em conjunto com outras de cariz exótico, tais como o castanheiro-da-índia, a palmeira, os eucalipto e a olaia.

Toda a mata, assim como toda a propriedade, são recortadas por caminhos, todos com um nome. Um marco de pedra à entrada de cada “rua”¹⁵⁹, ou junto a um largo ou uma fonte, tem inscrito o nome de um familiar – a mulher, filhas e filhos, noras e genros de Afonso Cabral. Foi uma maneira do proprietário prestar homenagem aos seus mais próximos, tendo escolhido o olival para evocar, colectivamente, os netos e dedicando uma azinhaga aos bisnetos. Na verdade, ninguém foi esquecido e raras inscrições dizem respeito a não familiares. É excepção a “rua” dedicada ao santo de especial devoção dos proprietários, a “rua” de Santo António, e uma outra que perpetua a data do casamento de Afonso Cabral com Inês Guedes Carvalho em 1881, a “rua” 25 de Abril¹⁶⁰.

Desta forma, a mata ilustra exemplarmente a cultura e o pensamento romântico do proprietário, marcado pelos ideais românticos dos jardins ingleses do século XIX. De facto, juntamente com as palmeiras que ladeiam a alameda principal da Quinta, a propriedade possui os elementos fundamentais e característicos das modas que influenciaram o ordenamento de espaços recreativos da época. Para a construção destes espaços recorreu-se à plantação de espécies arbóreas e arbustivas exóticas, nomeadamente, o castanheiro-da-índia e a olaia¹⁶¹. A importante colónia inglesa sita no Porto e o incremento da influência desta no Douro em resultado das ligações comerciais e financeiras, bem como das propriedades que detinham na região vinhateira, levou a que os seus hábitos e gostos, neste caso paisagísticos, fossem absorvidos pela sociedade portuense de então.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a mata destinava-se ao passeio e recreio, tendo mesmo existido, à sua entrada, um campo de ténis¹⁶² e um largo arranjado com uma mesa e bancos de xisto, para *pic-nic*. Também o “caramanchão” - isto é, um recanto com mesa e bancos coberto por ripas revestidas de trepadeira, onde se tomava o chá,

¹⁵⁹ Figura VII.8, Anexo VII.

¹⁶⁰ Há um terceiro e último caso, o Largo da Ínsua, que exprime a forte ligação à famosa Casa com o mesmo nome, situada em Penalva do Castelo, Mangualde, pertencentes parentes próximos de Afonso Cabral.

¹⁶¹ ARAÚJO, Ilda – *Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto*. pp. 375-387. www.letras.up.pt. p. 385.

¹⁶² Figura VII.9, Anexo VII.

muito ao gosto inglês¹⁶³, hoje em desuso, era um lugar reservado para convívio nas tardes de canícula. Este tipo de construção de jardim, assim como as mesas de pedra, os bancos de madeira, os mirantes, o lago e as fontes que encontramos por toda a mata, terão recebido a influência da casa de José Martins Branco, no Porto, dos finais do século XIX, onde pela primeira vez se utilizaram este tipo de adornos¹⁶⁴.

Actualmente, alguns destes lugares de lazer desapareceram e parte do respectivo terreno foi utilizado para o cultivo de oliveiras e laranjeiras (este é o caso do campo de ténis)¹⁶⁵. No entanto, a mata mantém-se intacta e permanece como local de passeio e convívio, mantendo-se também as fontes¹⁶⁶ e os tanques espalhados por toda a horta, pomar e mata.

Na marcação e delimitação da propriedade e terrenos da Quinta do Monsul foi utilizada uma espécie arbórea o cipreste¹⁶⁷, espécie que se adapta perfeitamente ao clima mediterrâneo do Douro. É atribuído a D. Antónia Adelaide Ferreira, mais conhecida por “a Ferreirinha”, famosa e influente personagem do Douro, a iniciativa de plantar ciprestes nas suas quintas¹⁶⁸, generalizando-se tal prática a outras quintas de diferentes proprietários.

Actualmente, a Quinta pertence aos herdeiros de Afonso Cabral que mantêm a administração da casa e das actividades agrícolas. No entanto, e segundo o costume de há muitos anos¹⁶⁹, a Quinta continua a manter caseiros, que aí habitam, e que ao longo do ano se responsabilizam pelos trabalhos agrícolas.

A descrição que se acabámos de fazer teve por objectivo apresentar, com algum pormenor, o aspecto geral do bem a classificar - a Quinta do Paço do Monsul - e evidenciar que, apesar da evolução que sofreu ao longo dos vários séculos, as características que a diferenciam e o seu estilo não foram alterados pelas intervenções efectuadas pelos seus sucessivos proprietários.

¹⁶³ Figura VII.10, Anexo VII.

¹⁶⁴ ARAÚJO, Ilda – *ob.cit.* p.386.

¹⁶⁵ Figura VII.11, Anexo VII.

¹⁶⁶ Ornamentadas com gárgulas e carrancas (ver Figura IV.14).

¹⁶⁷ Figura VII.2, Anexo VII.

¹⁶⁸ RIBEIRO, José Alves – *A vegetação natural e os agroecossistemas in Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares.* Peso da Régua: Museu do Douro, 2003. p. 67.

¹⁶⁹ Note-se que A *Separata* da revista “A Vinha Portuguesa”, de 1916, faz referência ao caseiro Manuel Pascoal, que dirigia os trabalhos no Paço do Monsul, ao serviço de Afonso do Vale Coelho Pereira Cabral.

É importante sublinhar que Quinta do Paço do Monsul não pode ser apreciada apenas por um ou outro dos seus edifícios, por um dos seus aspectos, por uma só parte, separadamente. A Quinta é indissociável da sua história, a casa é inseparável do pomar, o pomar da mata, a mata da vinha e assim por diante.

Faremos agora uma breve referência ao estado actual de conservação e preservação da Quinta do Paço do Monsul, pois trata-se de outro importante elemento de análise para a materialização de uma proposta de classificação. Segundo os critérios do ICOMOS, *o valor do património arquitectónico não está apenas na sua aparência, mas também na integridade de todos os seus componentes, como o produto único da tecnologia de construção específica do seu tempo. Em particular, não é conforme os critérios da conservação, a remoção de estruturas interiores deixando só a fachada*¹⁷⁰.

Tal como já se referiu, ao longo dos séculos, a Quinta do Paço do Monsul foi objecto de obras de conservação, efectuadas segundo as necessidades e prioridades reconhecidas pelos seus donos e de acordo com a evolução dos tempos. Conforme apurámos junto da administração da Quinta e que facilmente se pode verificar, as intervenções efectuadas pelo menos nos últimos 40 anos foram realizadas de modo a não afectarem os traços arquitectónicos originais e a privilegiarem a conservação dos diferentes edifícios. Procurou-se, dentro da medida do possível, utilizar os materiais originais, como, por exemplo a madeira, que continua a ser mantida nas janelas de guilhotina, nos tectos de masseira e nos sobrados. O mesmo critério se aplica à escolha das cores utilizadas nas paredes, tectos, armários, portadas, caixilharias, cumprindo sempre a mesma paleta cromática, na qual se verifica uma predominância do branco.

Um bom exemplo da conservação e manutenção das estruturas do Monsul é a cozinha da casa que, salvo algumas modificações obrigatórias, como é o caso das canalizações de água e gás, preserva toda a sua antiga disposição. Também as cores - o amarelo ocre nas paredes e o azul forte na madeira das portas e armários - foram mantidas e contribuem para o ambiente tradicional que ainda hoje nela se respira. A capela de Santo António é outro bom exemplo, encontrando-se igualmente em excelentes condições de conservação, embora já não sendo tão frequente a sua utilização para fins religiosos ao serviço da comunidade.

¹⁷⁰ Criteria 1.3 of ICOMOS Charter - *Principles for the analysis, conservation and structural restoration of architectural heritage*, 2003. www.international.icomos.org.

Segundo Maria Helena Mesquita Pina¹⁷¹, a morfologia da Quinta, continua, no presente, a preservar a utilização do solo da forma como ficou estabelecida no século XIX. Assim, a vinha ocupa 12ha, a mata 4,2ha, o olival 4,8ha, existindo ainda 1ha de laranjal, de entre o total de 22ha de terreno. Do ponto de vista da produção agrícola, a Quinta do Paço do Monsul continua com a mesma estrutura estabelecida no século XIX, embora a transformação dos produtos seja prioritariamente efectuada noutros locais, apesar de alguns lagares e adegas estarem ainda funcionais. Por outro lado e tal como era e ainda é costume no Douro, a Quinta do Monsul é gerida por caseiros que nela habitam, controlando e prosseguindo com os trabalhos agrícolas, ano após ano.

A propriedade mantém-se indivisível e possui correntemente cerca de 40 proprietários, obedecendo a um estatuto jurídico único na freguesia¹⁷². Os donos utilizam a Quinta de acordo com um peculiar sistema de rotatividade, usufruindo da casa principal, que possui actualmente condições razoáveis de conforto, beneficiando de uma nova canalização, aquecimento e quartos de banho desde 1995.

Esta forma de utilização da propriedade, embora consensual entre os actuais proprietários, poderá a criar problemas no futuro. De facto, o inexorável alargamento e dispersão da família levanta, com grande probabilidade, a possibilidade de este acordo vir a ser posto em causa, perdendo-se o espírito de coesão que tem permitido a conservação da Quinta.

Concluindo, ao longo dos séculos e tomada no seu conjunto, esta propriedade conseguiu manter uma identidade própria, quase inalterada. Mas os tempos actuais são diferentes e as pressões para lucro e rentabilidade dos activos também. Nestas condições, parece-nos fundamental a sua classificação. Além de a merecer, seria a forma de a Quinta conseguir manter a sua unidade e identidade ímpar. É o que, neste trabalho, procuramos propor e defender.

¹⁷¹ PINA, Maria Helena Mesquita – *O Alto Douro: um espaço contrastante em constante mutação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol.2. p. 430.

¹⁷² PINA, Maria Helena Mesquita – *ob.cit.* Na freguesia de Cambres existem actualmente algumas quintas, a maior parte com outras funcionalidades, por exemplo a de turismo rural. São elas a Quinta dos Varais, a Quinta da Casa Amarela, a Quinta da Pacheca, a Quinta de Tourais, e a Casa da Azenha. Outras são ainda produtoras vitícolas como, a Quinta da Chumbeira, a Quinta da Corredoura e a Quinta de Mourão.

4. Capítulo III: Proposta de Classificação da Quinta do Paço do Monsul

No âmbito da apresentação do trabalho de projecto do mestrado em Património Histórico, seduziu-nos a abordagem de um tema relativo à protecção de um bem patrimonial imóvel, com valor e de verdadeiro interesse, sendo, no entanto, pouco conhecido e divulgado. Esta situação sucede precisamente com a Quinta do Paço do Monsul, propriedade com uma dimensão relativamente pequena¹⁷³, com um carácter privado e familiar e, em contraste com outras quintas da região, desde há muitas décadas orientada mais para o lazer dos seus proprietários do que para o negócio associado à vinha e ao vinho.

Tal como já referimos, a nossa motivação não é apenas afectiva, mas sobretudo fundada na convicção da importância da classificação deste bem patrimonial. Tendo por base o que foi apresentado no capítulo anterior deste trabalho, no qual se resumiu brevemente a história da Quinta do Paço do Monsul e se descreveu a propriedade focando a sua importância no território em que se insere, concluímos que, tomada no conjunto das suas valências históricas, arquitectónicas e paisagísticas, ela faz parte integrante do património cultural da região do Douro vinhateiro.

Para a total compreensão desta proposta, parece-nos importante relembrar, antecipadamente, alguns conceitos. Em primeiro lugar, o de Património Cultural. Neste conceito integram-se bens com *qualidade de civilização ou de cultura, com interesse relevante, e nos quais se reflectem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*.¹⁷⁴ Para além dos próprios bens materiais e imateriais de interesse, também os seus respectivos contextos têm importância para a sua compreensão, quando com eles se estabelecem *relações interpretativas e informativas*¹⁷⁵. Outra noção essencial a ter em conta é a de Paisagem. Segundo a Convenção Europeia da Paisagem, tal designa *uma parte do território, tal*

¹⁷³ Embora os 22ha do Paço do Monsul correspondam a uma dimensão muito acima da média no contexto regional, a Quinta está longe de se poder considerar grande em comparação com as mais importantes propriedades vinhateiras durienses.

¹⁷⁴ Artigo 2º do Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

¹⁷⁵ Idem.

*como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos*¹⁷⁶.

Tendo por base estes conceitos, consideramos, portanto, que a Quinta do Paço do Monsul, apreciada em todo o seu contexto histórico, arquitectónico e paisagístico, reflecte os valores acima mencionados. De esta convicção resultou, então, a nossa intenção de apresentar uma proposta de classificação para este bem patrimonial.

A nossa proposta baseia-se, fundamentalmente, na Lei Património Cultural Português, na qual se *estabelecem as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*¹⁷⁷ Para a classificação de bens imóveis apoiamo-nos também nos critérios definidos pelo IGESPAR, pelo ICOMOS e nas várias convenções antecessoras¹⁷⁸ da nossa lei de bases.

De acordo com a nossa proposta, a Quinta do Paço do Monsul merece a classificação de *imóvel de interesse público* na categoria de *locais de interesse/sítio*, na qual se inserem as *obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*¹⁷⁹. Esta proposta sustenta-se no facto de aquele imóvel, obra humana realizada mediante a apropriação e transformação da natureza onde se insere, contribuir com a sua história, estética e características singulares para o que é hoje a monumental paisagem do Douro vinhateiro, Património Mundial da Humanidade.

A Quinta do Paço do Monsul, apesar de inserida num território classificado com a mais alta categoria, beneficiaria, no nosso entender, de uma classificação menor, como reconhecimento e reforço do seu valor patrimonial individual. Esta classificação constituiria uma garantia da continuada conservação e preservação da Quinta, independente da política de conservação adoptada para a região onde se localiza.

A justificação para o nível de classificação que sugerimos pode ser encontrada, em primeiro lugar, na história da Quinta do Paço do Monsul, atrás retratada, que

¹⁷⁶ Convenção Europeia da Paisagem, Decreto-Lei n.º 47/05 D.R. I Série-A 31 (05-02-14).

¹⁷⁷ Decreto-Lei n.º 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

¹⁷⁸ Por exemplo, na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972. www.unesco.pt.

¹⁷⁹ Artigo 1.º do Decreto-lei n.º 49/79 D.R. I Série 130 (06-06 79).

demonstra *o interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos*, sendo este um dos critérios de apreciação estabelecidos na legislação¹⁸⁰.

Tomando em conta outros critérios de apreciação, tais como *a concepção arquitectónica, urbanística e paisagística; a extensão do bem e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva*¹⁸¹, é nossa convicção que a Quinta do Paço do Monsul possui as características necessárias para obter a classificação.

Embora o conceito arquitectónico desta Quinta seja simples e funcional, facilitando as tarefas agrícolas imprescindíveis para a sua sobrevivência, ele constitui um exemplo típico de uma propriedade desta dimensão na região vinhateira do Douro, incluindo todos os seus elementos característicos: casa de habitação, capela, casa dos caseiros, cozinha de fora, lagares, adega, armazéns e cardenhos. As obras efectuadas ao longo dos tempos nos vários edifícios e mas especialmente na casa principal¹⁸² demonstram que prevaleceu a preocupação em não danificar a traça original e em manter o seu carácter de grande simplicidade.

Diz-nos Natália Fauvrelle que *muitas quintas continuam a manter pequenos redutos de mata cuja utilização está mais ligada à própria economia da propriedade*¹⁸³. Não é esse o caso da Quinta do Paço do Monsul. A concepção paisagística da Quinta, os “arruamentos” e outros elementos já referidos, que percorrem toda a propriedade e a transformaram, foram, essencialmente, mandados construir no século XIX pelo seu proprietário Afonso do Valle Coelho Pereira Cabral e tiveram por objectivo o embelezamento e desfrute do espaço. Confirma-se assim a originalidade e a raridade desta mata no Douro vinhateiro dos nossos dias, e que é mantida presentemente com a mesma intenção.

A mata, com uma concepção própria dos ideais românticos, foi ao longo dos tempos alvo de particulares cuidados, traduzidos, nomeadamente, no seu adorno com fontes e na constituição de locais de descanso e merenda equipados com mesas e bancos de pedra. A mata está praticamente inalterada desde os finais do século XIX, tendo sofrido apenas uma pequena alteração nos anos sessenta do século XX, quando uma

¹⁸⁰ Artigo 17º do Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

¹⁸¹ Artigo 17º do Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

¹⁸² Como, por ex., o 3º piso, acrescentado antes de 1914. Ver Figuras IV.1 e IV.2 do Anexo IV.

¹⁸³ FAUVRELLE, Natália –*Quintas do Douro. As arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p. 86.

parcela de terreno foi desbravada para a colocação de postes para a rede de alta tensão¹⁸⁴.

Hoje em dia, os cuidados e preocupações com a mata têm como principal objectivo a sua conservação, procurando manter-se a variedade de espécies arbóreas. Nesse sentido foram, no passado recente, plantadas novas árvores¹⁸⁵. Frequentemente, a mata é objecto de limpeza, na tentativa de evitar fogos.

Do ponto de vista paisagístico, houve uma grande preocupação em embelezar a Quinta por meio da plantação estratégica de árvores de grande porte, como plátanos, carvalhos e cedros, mas também de outras espécies mais exóticas, como castanheiros da Índia e palmeiras. Existiu ainda um grande cuidado com as bordaduras e os contornos do terreno, sempre ornados com árvores de fruto ou com oliveiras, situação que se verifica actualmente, apesar de, em muitas situações, esse facto prejudicar a produção vitícola.

A Quinta do Paço do Monsul foi cenário de acontecimentos e lugar de vivências cujos relatos nos comprovam o seu envolvimento e participação na vida duriense, contribuindo para perpetuar tanto a memória da Quinta na região, como a memória colectiva que nela se reflecte. Exemplo disso é o facto de a capela de Santo António ter adquirido carácter semi-público e nela se realizarem diversas cerimónias religiosas, como missas dominicais ou primeiras comunhões, abertas a toda a população vizinha. Como consequência deste facto, estabeleceram-se fortes laços afectivos entre as populações de Cambres e de Rio Bom e esta propriedade.

A memória da Quinta do Paço do Monsul está ligada a factos que, naturalmente, se prendem com a memória colectiva dos seus antigos proprietários, sobretudo do século XIX e princípios do XX. Afonso do Valle Coelho Pereira Cabral, por exemplo, engenheiro civil de profissão e importante *ampelographo* da região, realizou diversos estudos e obras de carácter agrícola e vinícola, de grande importância para o desenvolvimento e apelo ao *ressurgimento económico*¹⁸⁶ do Douro. Exemplo disso é a

¹⁸⁴ Informação cedida pela actual administração da Quinta.

¹⁸⁵ Sobretudo carvalhos, cedros, castanheiros, medronheiros e pinheiros mansos.

¹⁸⁶ MONTEIRO, Manuel – *O Douro e as Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Edições Livro Branco, Lda, 1998.p. 136.

sua importante obra *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*¹⁸⁷, publicada em 1895.

No fim do século XIX, o Douro vivia uma enorme crise, consequência da filoxera. Como nos diz Gaspar Martins Pereira, esta praga obrigou a grandes mudanças nos limites e no espaço regional, assim como nas práticas agrícolas tradicionais, levando à introdução de inovações¹⁸⁸.

Afonso Cabral realizava, então, experiências e trabalhos na sua Quinta para comprovar certas técnicas de adubação, de combate a doenças¹⁸⁹ ou relativas a outras finalidades, publicitando-as, mais tarde, nas suas publicações. Assim esta Quinta poderia ser reconhecida como um *mostruário experimental*¹⁹⁰, daquilo que o proprietário advogava relativamente às questões agrícolas durienses.

Na evocação da memória da Quinta e que a engrandece na sua autenticidade, é necessário destacar - embora já o tenhamos referido - a importância do seu Tombo, que apesar de não ser o único arquivo de uma quinta vinhateira no Douro, é de grande valor. É composto por dezasseis volumes, cada um contendo diversos documentos e registos referentes a um determinado assunto. Neste arquivo existem livros com a história da propriedade¹⁹¹, livros de prazos, livros de sentenças, um livro com documentos avulso, e um outro dedicado à Quinta do Cachão (propriedade que pertenceu também a Afonso Cabral). Este espólio é de grande valor histórico, possuindo documentos que remontam, pelo menos, ao século XIV¹⁹². O Tombo foi recentemente incorporado no acervo do Museu do Douro, o que traduz a sua importância. Irá, desta forma, usufruir de ótimas condições de preservação e conservação. Mas, principalmente, poderá servir a

¹⁸⁷ CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*. Lisboa: Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção Geral da Agricultura. Serviços Ampelographicos. Imprensa Nacional, 1895.

¹⁸⁸ PEREIRA, Gaspar Martins – *A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.p. 321. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

¹⁸⁹ Escreve Afonso Cabral relativamente a técnicas de adubação “...Tenho, por experiencia própria, a prova do que deixo exposto; desde de que eu submeto os meus olivae a uma poda systematica tendente a arejar bem o interior da árvore, e a contrariar moderadamente o excessivo crescimento de alguns ramos, consegui regularizar a produção annual dentro de certos limites, e não tenho uma só oliveira atacada de ferrugem, como succede em muitos olivae vizinhos.”. *ob.cit.* p. 31.

¹⁹⁰ MONTEIRO, Manuel – *O Douro e as Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Edições Livro Branco, Lda, 1998. p. 136.

¹⁹¹ Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul: *História das propriedades da Caza do Monsul: Índice destas Memórias anno de 1862*. (Ver Anexo III).

¹⁹² PEREIRA, Gaspar Martins – *Quintas do Douro - Arquivos e Investigação Histórica*. Peso da Régua, 2002. P.141. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

investigação e cumprir o papel de divulgação desta Quinta, com descrições que vão desde a sua formação no século XII - passando por acontecimentos do seu quotidiano e detalhes sobre actividades agrícolas - até ao século XX.

Para além destes documentos da maior importância, na casa principal existe uma biblioteca composta por obras literárias e de carácter científico, documentos referentes ao Alto Douro Vinhateiro e outros temas¹⁹³. O Arquivo fotográfico do Monsul é também especialmente rico, constando dele fotografias de paisagens durienses dos finais do século XIX e princípios do século XX efectuadas por reconhecidos fotógrafos, como é o caso de Domingos Alvão¹⁹⁴.

Tal como foi anteriormente referido, no nosso entender a eventual classificação deveria estar enquadrada na categoria de *locais de interesse* ou *sítio*. Todos os espaços e elementos da Quinta do Monsul - edificados residenciais e de apoio agrícola, a capela, os terrenos vinícolas e de outros cultivos, a mata mediterrânica – formam, como tentámos mostrar, um imóvel indissociável, resultado do esforço humano, constituindo uma paisagem singular, muito própria do Douro Vinhateiro. A este propósito, Flávio Lopes¹⁹⁵ lembra-nos a importância dos espaços envolventes, sendo que *um dos maiores avanços, teóricos e normativos, em matéria de protecção do património arquitectónico, foi o abandono dos princípios da protecção isolada de monumentos, para passar a abranger o tecido urbano ou a paisagem rural que os circunda*.

Outro motivo importante que nos estimulou a apresentar este trabalho prende-se com a situação actual relativa à classificação das quintas vinhateiras durienses, seus edificados e terrenos¹⁹⁶.

¹⁹³ Por exemplo:

GYRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – Memoria histórica e analytica sobre a Companhia dos Vinhos denominada Da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1833;
VILLA MAIOR, Visconde de – Manual de Viticultura Pratica. 2ªEd. Porto: Ernesto Chardron, 1881;
VILARINHO DE S.ROMÃO, Visconde de – Flageloos da Videira. Porto: Livraria Universal, 1891. Assinado pelo autor; COUTINHO, Antonio Xavier Pereira – Tratado elementar da Cultura da vinha (cepas europeias e cepas amaricanas, grangeios, doenças da videira). Lisboa: Livraria Nacional e Estrangeira, 1895.

¹⁹⁴ Ver Anexo IX.

¹⁹⁵ LOPES, Flávio – *Património Arquitectónico. A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais*. Lisboa: IPPAR, 1996. p. 14.

¹⁹⁶ Para sabermos quais os imóveis classificados no Alto Douro, realizámos uma pesquisa no “sítio” do IGESPAR (www.igespar.pt), no qual aferimos que existem variadas designações e/ou tipologias dadas aos imóveis, o que tornou o processo mais demorado.

Se, tal como temos vindo a fazer ao longo do trabalho, considerarmos cada quinta como conjunto de edifícios de uso habitacional e agrícola, terrenos de cultivo e outros espaços, chegaremos à conclusão de que poucas quintas do Douro vinhateiro estão classificadas. De entre as classificadas, a maioria obteve a designação de *imóvel de interesse municipal*. Noutros casos, existe a classificação de apenas uma parte da quinta. É o que se verifica, por exemplo, na Quinta do Côtto, Mesão Frio, onde a casa, de maior importância patrimonial, foi classificada como *imóvel de interesse público*, obtendo assim uma maior protecção legal, mas que não é extensível ao resto da propriedade.

É provável que esta situação resulte do facto de estes bens patrimoniais se situarem na zona protegida do Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial. Nestas condições, é natural que para as autoridades competentes a classificação destas quintas não se apresente como uma prioridade. Consequentemente, imóveis de interesse patrimonial elevado não beneficiam da legislação e resguardo que permite protegê-los individualmente, o que, a prazo, se poderá traduzir numa perda assinalável para o desenvolvimento cultural, turístico e económico da região. Registe-se que alguns esforços se estão a fazer para colmatar esta falha. Existem neste momento quintas em vias de classificação, tal como sucede com a Casa e Quinta do Covêlo, no concelho do Peso da Régua.

Considerando que a Quinta do Paço do Monsul é um conjunto histórico, característico e integrante da paisagem do Douro vinhateiro, a nossa proposta para a sua classificação tem como objectivos principais a investigação, a divulgação e a protecção deste imóvel. Para além disso, a classificação teria, como consequência, a valorização dos edifícios da Quinta, dos seus terrenos e da paisagem. Proporcionaria aos proprietários um maior conhecimento do seu património e do modo de o proteger, conservar e valorizar. Por outro lado, todas as intervenções que fossem necessárias passariam a ser efectuadas mediante a aprovação de técnicos especializados e segundo o estabelecido na legislação aplicável¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Estabelecida no Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

5. Considerações Finais

Nesta fase final importa sintetizar o percurso feito ao longo deste trabalho de projecto, cujo objectivo era o de justificar a pertinência da candidatura à classificação de *imóvel de interesse público* da Quinta do Paço do Monsul

Como vimos, esta quinta situa-se numa zona classificada como Património Mundial da Humanidade. Esta questão pode suscitar o argumento de que a paisagem onde se insere é, por isso, objecto de grande valorização, levantando-se a dúvida se, neste caso, seria de propor, ou não, a candidatura da Quinta a outro nível de classificação.

Constatámos, no entanto, que este território vai sofrendo, por diferentes motivos, pequenas e mesmo grandes alterações, de vária ordem, desde as de natureza estrutural às de carácter estético. As quintas vinhateiras, integrando-se numa zona classificada tão vasta, não escapam a esta tendência, correndo o risco de perder a sua importância e identidade próprias, de ficarem expostas à desvalorização do seu património construído e mesmo à sua deterioração progressiva. Sendo a “quinta” um elemento central e representativo da estrutura daquele território, testemunho do desenvolvimento agrícola e técnico da região¹⁹⁸, justifica-se que, pelo menos algumas das mais representativas, recebam uma *classificação independente*. Além da consequente protecção e valorização, este estatuto permitiria uma divulgação mais abrangente do interesse cultural e social destas quintas.

São em número muito reduzido as quintas vinhateiras classificadas ou em vias de classificação na região do Alto Douro Vinhateiro. No Baixo Corgo, onde se situa a Quinta do Paço do Monsul, apenas existem neste momento quintas ou casas classificadas como *imóvel de interesse municipal*. É o que sucede com a Casa da Azenha, propriedade vizinha da Quinta do Monsul. Este facto reforça a nossa aspiração de ver propriedades representativas daquele território valorizadas através da classificação de *imóvel de interesse público*.

¹⁹⁸ FAUVRELLE, Natália - *Quintas do Douro: as arquitecturas do Vinho do Porto*. Porto. GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001. p. 208.

As exigências e pressões de rentabilidade económica que, no período corrente, se fazem sentir sobre os proprietários deste tipo de quintas (na sua grande maioria privados ou empresas comerciais) constituem um risco adicional para a salvaguarda do património. Na verdade, para além da eventual ignorância dos proprietários sobre o valor patrimonial dos seus bens ou da melhor forma para efectuar a respectiva conservação e manutenção, a corrente renovação dos métodos vitícolas e enológicos tem, infelizmente, conduzido à descaracterização de edifícios, estruturas e terrenos de quintas durienses, alterando radicalmente as técnicas de plantação e modificando a paisagem.

Não possuindo uma grande dimensão (22 hectares no total e, desses, apenas cerca de metade plantados com vinha), produzindo apenas para auto-consumo e sustentabilidade própria, é muito provável que, um dia, a Quinta do Paço do Monsul pretenda seguir o exemplo dos vizinhos mais próximos, rentabilizando os seus espaços recorrendo ao turismo rural ou enoturismo. Na verdade, nas imediações do Monsul, tanto a Quinta da Pacheca, como a Quinta de Tourais e a Casa da Azenha, já adquiriram essa funcionalidade, tendo realizado modificações nas suas estruturas, adaptando-as de acordo com os preceitos turísticos para receberem um certo número de hóspedes. De entre estas três quintas, como já se referiu, só a Casa da Azenha, com turismo rural, possui a classificação de *imóvel de interesse municipal*. Isto significa que apenas neste caso se exerceu a supervisão do IGESPAR, certamente acautelando que nas obras efectuadas para a sua abertura ao turismo se tomaram os devidos cuidados no que respeita à preservação da traça original do edifício e materiais utilizados.

Assim, apesar de o turismo rural ou enoturismo constituir uma boa oportunidade para a Quinta do Paço do Monsul, tal possibilidade acarreta riscos para a salvaguarda do património que representa. Mais uma vez, neste cenário, a classificação como *imóvel de interesse público* permitiria uma garantia adicional de que a reforma dos edificad os seria efectuada sem danificar o valor histórico, patrimonial, arquitectónico e paisagístico desta quinta. E isto é de ter especialmente em consideração no caso da Quinta do Paço do Monsul, pois nela ainda se podem apreciar o “espírito” e os ideais arquitectónicos e paisagísticos do século XIX português, já que não sofreu remodelações significativas desde essa época. Implicitamente, tal foi reconhecido pelo cineasta Manuel de Oliveira

ao escolher a Quinta do Paço do Monsul – edifício da casa, capela e exteriores – para rodar uma parte significativa do seu filme “Vale Abraão”¹⁹⁹.

Por outro lado, considerando os avultados custos financeiros que acarreta a manutenção destas propriedades, sendo a Quinta do Paço do Monsul classificada, como propomos, a propriedade passará a usufruir dos correspondentes benefícios fiscais aplicáveis. Adicionalmente, segundo a Lei do Património Cultural Português, o Estado promove apoio financeiro aos proprietários de bens classificados ou inventariados, concedendo-lhes condições especiais de crédito para que estes possam realizar obras de protecção e conservação dos imóveis²⁰⁰.

A classificação permite ainda que os donos das quintas adquiram um maior conhecimento dos critérios estabelecidos pelo IGESPAR quanto à sua preservação e respectiva legislação. Para além disso, todas as alterações que pretendessem realizar passariam a ter que ser aprovadas por técnicos especializados. Essa exigência será um obstáculo à tentação de fazer alterações ao património, lamentavelmente tão frequentes, que acabam por o adulterar totalmente, ofendendo o seu contexto e a sua concepção inicial.

No caso em estudo, a indivisibilidade do imóvel foi até agora garantida por vontade familiar, de acordo com o desejo manifestado em testamento de Afonso Pereira Cabral (falecido em 1946). A partilha das responsabilidades de gestão da Quinta foi atribuída a uma administração que dirige os trabalhos pacificamente, graças a acordos celebrados e mantidos entre os actuais mais de quarenta proprietários. Este aspecto prende-se com o facto de os trabalhos na Quinta estarem bastante simplificados, já que se trata de uma propriedade produtora sobretudo de uvas e não de vinho, exigindo menos recursos financeiros e humanos. Os poucos rendimentos que se apuram da exploração da Quinta são há décadas totalmente reinvestidos na propriedade, e os benefícios recebidos pelos seus proprietários reduzem-se exclusivamente ao uso temporário da Quinta em períodos de férias ou lazer. Esta situação ocorre, de facto, no presente, com as gerações actuais. No futuro, mais o menos próximo, será possível continuar a garantir estas condições?

¹⁹⁹ *Vale Abraão*. [Filme] Realização de Manuel de Oliveira em 1993. Atlanta Filmes, 1994.

²⁰⁰ Artigo 99º do Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08).

Ponderando a hipótese de a Quinta do Paço do Monsul ser futuramente vendida e adquirida por uma empresa, necessariamente com uma maior atenção e expectativas relativamente à rentabilidade do respectivo investimento, haverá grande probabilidade de se introduzirem alterações profundas quer nas práticas de cultivo²⁰¹, quer na sua funcionalidade²⁰². Seja num cenário de compra por uma empresa, seja ainda no de manutenção em posse familiar, as obras e modificações que se reconhece necessárias para a modernização da propriedade seriam, do ponto de vista da preservação patrimonial, realizadas em condições bem mais favoráveis no caso existir a classificação proposta do que na sua ausência.

A Quinta do Paço do Monsul não será a única propriedade na sua região a merecer um destaque especial. Mas é, seguramente, uma das muito poucas que reúne, numa só unidade, um assinalável conjunto de valores históricos, culturais, arquitectónicos e paisagísticos que faz todo o sentido preservar. Na nossa perspectiva, pela sua longa história, pelo raro conjunto de valências que possui e porque continua a ser, no meio em que se insere, um testemunho vivo de múltiplas relações culturais de vasta memória que são importantes para o presente e para o futuro, merece obter a classificação de *imóvel de interesse público*.

²⁰¹ Desde o início do século XX, vinhas da Quinta mantêm-se plantadas de acordo com as práticas da época, incompatíveis com as actuais exigências de mecanização.

²⁰² Por exemplo, transformar a Quinta para um hotel ou turismo rural.

6. Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862.

CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – Livro de vários apontamentos começado a 20 de Fevereiro de 1899.

CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – Memórias de Família. Porto, 1892-1945.

CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – Lembranças do Douro começado em 26 de Junho 1920.

CABRAL, Luís - Quintas – Lembranças. Começado em 1948 no Monsul.

Fontes Impressas

REIS, Fr. Baltasar dos - Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas. Memórias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

REIS, Fr. Baltasar dos - Breve Relação da Fundação e Antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzeda. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1936.

Processo de Classificação da Casa dos Beleza, Provesende, Sabrosa, Vila Real. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Processo de Classificação da Casa da Calçada, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Cinfães, distrito de Viseu. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Processo de Classificação da Casa das Brolhas, R. Macário de Castro, freguesia da Sé, conselho de Lamego. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Processo de Classificação do “Solar da Família Vaz Osório” Propriedade do Instituto do Vinho do Porto, na R. D.Manuel de Arriaga, Peso da Régua, Vila Real. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Processo de Classificação da Casa da Calçada sita no lugar e freguesia de Provesende, concelho de Sabrosa, distrito de Vila Real. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Proposta de Classificação da “Casa da Quinta do Côtto”, freguesia de Cidadelhe, concelho de Mesão Frio, distrito de Vila Real. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte, Casa de Ramalde.

Fontes Electrónicas:

Decreto-Lei nº166/86. D.R. I Série. 144 (86-06-26). pp.1514-1518. Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

Decreto-Lei nº 107/01 D.R. I Série-A 209 (01-09-08). pp 5808-5829. Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

Decreto-Lei nº 309/09 D.R. I Série 206 (09-10-23). pp 7975-7987. Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

Decreto-Lei nº150/03 D.R. I Série-B 219 (03-09-22). pp. 6144-6159. Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

Decreto-lei nº 49/79 D.R. I Série 130 (06-06 79). Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

Decreto-Lei nº 47/05 D.R. I Série-A 31 (05-02-14) pp. 1017-1028. Consultado em www.dre.pt a 21 de Fevereiro as 23h00.

ICOMOS Charter - Principles for the analysis, conservation and structural restoration of architectural heritage, 2003. www.international.icomos.org.

ICOMOS – nº 1046, Relato Final da Proposta de classificação do Alto Douro Vinhateiro, nº 1046, 2000. <http://whc.unesco.org>. Consultado a 28 de Fevereiro de 2011 às 14h.

<http://www.ccr-norte.pt>. Consultado a 28 de Fevereiro de 2011 às 14h.

<http://www.ine.pt>. Consultado a 28 de Fevereiro de 2011 às 14h.

<http://www.qren.pt>. Consultado a 28 de Fevereiro de 2011 às 14h.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Fernando Bianchi de (coord.) – Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

AGUIAR, Fernando Bianchi de (Org.) - Património da Humanidade na Bacia do Douro. Patrimonio de la Humanidade en la Cuenca del Duero. Santa Maria da Feira: Fundação Rei Afonso Henriques, Julho de 2008.

AGUIAR, Fernando Bianchi de - O Alto Douro Vinhateiro, uma paisagem, cultural evolutiva e viva. Douro - Estudos e Documentos Nº13. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2002. Pág.143-152.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Património. Riegl e Hoje. Revista da Faculdade de Letras: História. Porto, 1993. Série II, Vol. 10. pp. 407-416.

ALMEIDA, António Campar de – Paisagens: um património e um recurso. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 31-42. www.rcaap.pt.

ALARCÃO, Jorge de - Introdução ao Estudo da História e do Património Locais. Coimbra: Instituto de Arqueologia e de História de Arte / Faculdade de Letras de Coimbra, 1982.

ANACLETO, Regina - Neoclassicismo e Romantismo. História da Arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol.10

ANDERSEN, Teresa – A paisagem do Alto Douro Vinhateiro: Evolução e sustentabilidade. Actas do Congresso de Homenagem ao Douro e seus Rios. Memória, Cultura e Provir. Fundação Nova Cultura da Água, 2009.

www.Unizar.es/fnca/duero/docu/p.315. pdf. Consultado a 28 de Fevereiro de 2011 às 14h.

ANDERSEN, Teresa, MARQUES, Teresa Portela – Jardins Históricos do Porto. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

ANDERSEN, Teresa; CURADO, Maria Jorge - Um plano valorizador do carácter da paisagem: O plano Intermunicipal de Ordenamento de Território do Alto Douro Vinhateiro. Pessoas e Lugares: Caderno temático de Rede Portuguesa, 2006. pp. 22-24. www.ccr-norte.pt. Consultado a 6 de Maio de 2011 às 10h00.

ANICO, Marta; PERALTA, Elsa (Org.) – Património e Identidades. Oeiras: Celta Editora, 2006.

ANTUNES, Maria Manuela Martins Soares – Jardins do Porto de Oitocentos: Percursos, Tipologias e Persistências. Porto: FLUP, 1996.Vol. 1.

ARAÚJO, Henrique Gomes de – O 1º marco histórico na defesa das marcas regionais dos vinhos do Porto e da Madeira. O Tratado, o Banquete o Discurso. Douro - Estudos e Documentos Nº18. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2004. pp. 169-189.

ARAÚJO, Ilídio – Jardins, parques e quintas de recreio no aro do Porto. Revista de História. Vol. II. Porto, 1979 pp. 375-387. www.lettras.up.pt.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira, AZEVEDO, Ana Gonçalves – Metodologia Científica. Contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos. 9.ed.Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

AZEVEDO, Carlos de – Solares Portugueses. Introdução ao Estudo da Casa Nobre. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Correia de - O Douro Maravilhoso. s.l.: s.n.

BESSA-LUÍS, Agustina – Vale Abrão, Lisboa, Guimarães Editores, 1999.

BARRETO, António – Douro. Lisboa: Edições Inapa, 1993.

BARRETO, António – O vinho do Porto e a Intervenção do Estado. Análise Social, Vol. XXIV (100), 1988 (1º), Pág.373-390. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

BENNETT, Norman R. – O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização. Douro - Estudos e Documentos Nº2. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1996. pp. 181-199.

BINNEY, Marcus – Casas Nobres de Portugal. Lisboa: Difel, 1987.

BRITO, F. d' Almeida e – A Quinta do Paço do Monsul no Alto Douro. A Vinha Portuguesa. Porto, Novembro 1916.

BRITO, Pedro de – British Wine Merchants in Porto – acculturation or segregation? Eight International Conference on Urban History. Stockholm: Institute of Urban History Stockholm University, 2007.

BARROCA, Mário Jorge - Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII). PORTVGALIA. Nova Série, Vol. XI- XII, 1990/91. pp. 90-136. www.lettras.up.pt.

BARROCA, Mário Jorge – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal Século IX- XI. PORTVGALIA. Nova Série, Vol. XXV. pp. 181-203. www.lettras.up.pt.

- BARROCA, Mário Jorge – Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de amares. Porto: 1989 pp. 9-61. www.lettras.up.pt.
- CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira – A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira. Lisboa: Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção Geral da Agricultura. Serviços Ampelographicos. Imprensa Nacional, 1895.
- CABRAL, Gonçalo D'Aguiar ; PINTO, Segismundo – Estudos Heráldicos. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte. Lisboa, 1992. IV Série, Tomo IV, nºs 1,2 e 3.
- CARDOSO, Antonio M. de Barros –O Douro: estrada fluvial nos alvares do século XVIII. Douro - Estudos e Documentos Nº 5 Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1998. pp. 117-132.
- CARVALHO, Manuel – Ilha de Xisto - Guia do Douro e do Vinho do Porto. Outubro, 2006.
- CEIA, Carlos – Normas para a Apresentação de Trabalhos Científicos. Lisboa: Editorial Presença, 2006.
- CHOAY, Françoise – Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, Lda, 2010.
- CLUY, Isabel (coord.) – Barão de Forrester. Razão e Sentimento. Uma história do Douro 1831-1861. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.
- COSTA, Manuel Gonçalves da - História do Bispado e Cidade de Lamego. Vol. II Lamego, 1979.
- CRUZ, José – Património D'Ouro. S. 1.: Em Relevo - Produção Audiovisual, Lda., 2005.
- CURADO, Maria José; ANDRESEN Teresa; ALMEIDA, João – O Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro. Revista Planeamento. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2003. pp. 85-91.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho – Importância dos mosteiros no mundo do vinho. Douro – Estudos e Documentos nº 20. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2005.pp. 123-131.
- DUGUID, Paul, - Lavradores, exportadores, intermediários e capitalistas: componentes da região do vinho do Porto. Douro - Estudos e Documentos Nº2. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1996. pp. 201-224.
- ECO, Umberto – Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas. 4ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- FAUVRELLE, Natália - Quintas do Douro. As arquitecturas do Vinho do Porto. Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2001.
- FAUVRELLE, Natália (coord.) – Arquitecturas da paisagem vinhateira. Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.
- FAUVRELLE, Natália (coord.) - Marcos da Demarcação. Peso da Régua: Museu do Douro, 2007.

- FAUVRELLE, Natália – Quinta de Arnozelo. História e arquitecturas na Região do Douro in Actas do III Simpósio da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho. Funchal: Centro de Estudos do Atlântico, 2004. pp. 175-185.
- FENTRESS, James, WICKHAM, Chris – Memória Social. Novas perspectivas sobre o Passado. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.
- FERREIRA, Damião Vellozo; SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e – Os Fundadores do Club Portuense e sua Descendência. Vol. III. Porto: Lello & Irmão - Artes Gráficas, 1997.
- FERNANDES, A. de Almeida - A acção dos cistercienses de Tarouca. As Granjas nos séculos XII e XIII. Revista de Guimarães, 1973-76. www.csarmento.uminho.pt.
- FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1996.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e – Toponímia Portuense. Porto: Contemporânea Editora, 1999.
- HERNANDÉZ, Francisca Herdandéz – El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada. Gijón: Ediciones Trea, 2002. pp. 15-49.
- HOWARD, Peter – Heritage. Management, Interpretacion, Identity. Ney York: Continuum, 2003.
- LAJE, José Alberto Abreu – Património e ordenamento do território: uma proposta para a construção cultural da paisagem. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2007. www.rcaap.pt.
- LEAL, Paula Montes (org.) – Inventário do Arquivo da Casa do Douro (1932- 1974). Peso da Régua: Museu do Douro, 2008.
- LEITÃO, Armando F. – O Mosteiro de Salzedas. Salzedas: Paróquia de Salzedas, 1992.
- LEMA, Paula Bordalo – O Alto Douro. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1980.
- LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – As Quintas do Vinho do Porto. Lisboa: Quetzal Editores, 1992.
- LOPES, Flávio – Património Arquitectónico. A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais. Lisboa: IPPAR, 1996.
- BESSA-LUÍS, Agustina, Vale Abrão, Lisboa: Guimarães Ed., 1991
- MAGALHÃES, Ricardo (coord.) - Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013. Estrutura de Missão do Douro, 2008. <http://www.ccr-norte.pt>.
- MATOS, Leonor Correia de – A ordem de Cister e o Reino de Portugal. Mito e Razão. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999.
- MATTOSO, José – A História Regional e Local. Obras Completas. Vol. 10: A escrita da História. Lisboa, Circulo de Leitores, 2003. pp. 182-194.
- MATTOSO, José – A Reconstituição dos Espaços do Passado. Vol. 10: A escrita da História. Lisboa, Circulo de Leitores, 2003. pp. 182-194.
- MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, BELO, Duarte – Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2010. pp. 187-229.

- MARQUES, Hélder, MARTINS, Luís – Memória, Herança, Património e Paisagem. Cadernos de Geografia. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. nº 17, pp. 123-129.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira – Património, Herança e Memória. A Cultura como criação. Lisboa, Gradiva, 2009.
- MARTINS, Conceição Andrade – Memória do Vinho do Porto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 1990.
- MARTINS, Conceição Andrade – Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização. *Análise Social*, Vol XXIV (100), 1988 (1º), pp.391-429. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- MARTINS, Conceição Andrade – A filoxera na viticultura nacional. *Análise Social*, Vol XXVI (112-113), 1991 (3º-4º), pp.653-688. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- MARREIROS, Rosa – Os bens da coroa na posse do Mosteiro de Salzedas em 1347. Douro - Estudos e Documentos Nº 4 Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1997. Pp. 119-146.
- MEIRELES, Maria – Artigo do Jornal Expresso, 29 de Outubro de 2009. www.expresso.pt. Consultado no dia 28 de Fevereiro de 2011 às 13h35.
- MENDES, José Amado – Para uma nova História Local: reflexões e perspectivas. *Revista Beira Alta*, 1990. Vol. 49, fasc. 1 e 2 pp. 125-134.
- MENDES, José Amado – Evolução da economia portuguesa. MATTOSO, José (dir.) – História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. Vol. V pp. 315-337.
- MONTEIRO, Manuel – O Douro e as Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes. Edições Livro Branco, Lda, 1998.
- NABAIS, José Casalta – Introdução ao Direito do Património Cultural. Coimbra: Livraria Almedina, 2004.
- OLIVEIRA, António de – Da história das pátrias à história local. *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos. Percursos da Historiografia Portuguesa*. pp. 11-22.
- OLIVEIRA, António de – Problemática da História Local. *Actas do Colóquio: O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta: Núcleo Central da Horta, 1995. pp. 11-29.
- PARKHURST, Shawn – Produção de identidade no vale do Douro. Douro - Estudos e Documentos Nº 3 Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1997. pp. 183-191.
- PARKHURST, Shawn – A região na aldeia. Douro - Estudos e Documentos Nº1. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1996. pp. 121-175.
- PASSOS, Francisco – Douro. Douro - Estudos e Documentos Nº18. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2004. pp. 89-91.
- PEIXOTO, Paulo – Os meios rurais e a descoberta do património. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998. www.rcaap.pt.
- PERAFITA, Alexandre – Património Imaterial do Douro. *Narrações Orais. Contos. Lendas. Mitos. Peso da Régua: Museu do Douro, 2007. Vol.1.*

- PEREIRA, Gaspar Martins - O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins – Memória de Pedra. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- PEREIRA, Gaspar Martins – Douro. A Tentação de Baco. Porto: Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas. Edição exclusiva para as Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, 2006
- PEREIRA, Gaspar Martins; SOEIRO, Teresa; FAUVRELLE, Natália – Douro, A terra do vinho. A construção de uma identidade. Trás-os-Montes e Alto-Douro. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2002. pp. 70-74.
- PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – O Vinho do Porto. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 2003.
- PEREIRA, Gaspar Martins – O vinho do Porto: entre o artesanato e a agro-indústria. Porto: Revista da Faculdade de Letras. História, 2005. III serie, Vol. 6, pp. 185-191.
- PEREIRA, Gaspar Martins – A Região do Vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira. Douro - Estudos e Documentos Nº 1 Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1996. Pág. 179-195.
- PEREIRA, Gaspar Martins – A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea. Douro - Estudos e Documentos Nº 2 Porto: GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1996. pp. 155-165.
- PEREIRA, Gaspar Martins – A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. pp. 311-353. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- PEREIRA, Gaspar Martins – Quintas do Douro - Arquivos e Investigação Histórica. Revista População e Sociedade Porto: CEPESE- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2003. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- PEREIRA, Gaspar Martins – Por um arquivo histórico do vinho do Porto. Revista População e Sociedade Porto: CEPESE- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2002. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- PINA, Maria Helena Mesquita – O Alto Douro: um espaço contrastante em constante mutação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.
- PINA, Maria Helena Mesquita – Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitícolas durienses. Douro - Estudos e Documentos Nº19. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2005. pp. 203-235.
- PINA, Maria Helena Mesquita – Cambres: um exemplo de multifuncionalidade no espaço duriense. Évora: Universidade de Évora, 2005. <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- PINA, Maria Helena Mesquita – Algumas reflexões sobre as acessibilidades no Alto Douro. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996-1997. pp. 73-124. . <http://repositorio-aberto.up.pt>.
- RIO-CARVALHO, Manuel –. Do Romantismo ao fim do século. História da Arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1993. Vol.11.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH Hermann; DAVEAU Suzanne, Geografia de Portugal. A Vida Económica e Social. vol IV Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1991.

RIBEIRO, Manuela – Turismo rural e desenvolvimento na região do Douro – Processos e (alguns) resultados da evolução recente do sector. Douro - Estudos e Documentos Nº6. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1998.

RIBEIRO, Jorge Martins – Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX. Douro - Estudos e Documentos Nº5. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1998. pp. 133-156.

RIBEIRO, Jorge Martins – Os Ingleses no Porto Oitocentista. Douro - Estudos e Documentos Nº12. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2001. pp. 211-220.

RIBEIRO, José Alves – Caracterização genérica da região vinhateira do Douro. Douro - Estudos e Documentos Nº10. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2000. pp. 11-29.

RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português. Douro - Estudos e Documentos Nº22. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2000. pp. 145-184.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira – Conceito de Património num Autor do Século XVIII. Revista Poligrafia nº2, 1993. pp. 143- 150.

RODRÍGUEZ, José Ignacio de la Torre (coord.) - Cister no Vale do Douro. Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Edições Afrontamento, Lda, 1999.

RODRÍGUEZ, José Ignacio de la Torre - A viticultura nos mosteiros cistercienses do vale do Douro português (século XII-XII). Douro - Estudos e Documentos Nº3. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 1997. pp. 17-28.

SALAVESSA, Maria Eunice da Costa – Um traço cultural do Alto Douro Vinhateiro. Douro – Estudos e Documentos nº 19. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2005. pp. 187-194.

SANTANA, Maria Olinda; MOREIRA, José; MONTEIRO, Rosa; DINIS Mónica – Proposta para um itinerário cultural no Douro. Douro – Estudos e Documentos nº 19. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2005. pp. 269-278.

SERRÃO, José Vicente – O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução in MATTOSO, José – Historia de Portugal. Lisboa: Círculo de leitores, 1993. Vol. IV. pp. 71-117.

SILVA, José Custódio da – Paços Medievais Portugueses: características e evolução da habitação nobre (século XII a XVI). Lisboa, IPPAR, 2002.

SILVA, Francisco Ribeiro da – História Local: Objectivos, Métodos e Fontes. Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memorium. Vol II Faial, 1998. pp. 383-396. www.ier.letras.up.

SILVA, António Martins da – A desamortização in MATTOSO, José – Historia de Portugal. Lisboa: Círculo de leitores, 1993. Vol. V pp. 339-353.

SOEIRO, Teresa; ROSAS, Lúcia; FAUVRELLE, Natália – O Património vernacular construído do Alto Douro Vinhateiro. Ritmos e Valores. Douro - Estudos e Documentos

Nº14. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2002. pp. 147-163.

SOUSA, Fernando de – O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: (1756-1978). Revista População e Sociedade Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2003. <http://repositorio-aberto.up.pt>.

SOUSA, Fernando de – O Alto Douro. Da Demarcação Pombalina à Classificação de Património Mundial. Revista População e Sociedade nº13. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/ Edições Afrontamento, 2007. pp. 19-30 . <http://repositorio-aberto.up.pt>.

SOUSA, M.; CARDOSO, M.; QUEIRÓS, J.; CASTRO, R.; GUIMARÃES, D.; MAGALHÃES, A. – Douro Património Mundial. Preservação e formas de armação do terreno numa paisagem evolutiva e viva. [Http://www.drapn.min-agricultura.pt](http://www.drapn.min-agricultura.pt).

TABORDA, Célia – Manifestações Durienses em torno da política vinhateira liberal na primeira metade do século XIX. Douro - Estudos e Documentos Nº18. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e Vinho do Porto, 2004. pp. 7-12

TEIXEIRA, Vítor Rui Gomes – Fundações religiosas no vale do Douro na Idade Média. Douro - Estudos e Documentos Nº 2 Porto: GEHVID -Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1996. pp. 85-91.

TELES, Susana Maria Machado – O Património como Fonte de Desenvolvimento Sustentável nas Zonas Rurais do Interior Norte de Portugal. O caso do Concelho de Vieira do Minho nas últimas três décadas. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

TORGA, Miguel; MORAIS, Graça – Um Reino Maravilhoso. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

TORGAL, Luís Reis – História ... que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional. Revista de História das Ideias. Vol. 9, Tomo 3, 1987. pp. 843-887.

Outras referências

Instituto Para a Qualidade na Formação, I.P – A Preservação, Conservação, e Valorização do Património Cultural em Portugal. Lisboa: Instituto Para a Qualidade na Formação, I.P., 2009.

Arquitectura Popular em Portugal. 1º Volume. 3ª Ed. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos preliminares. Peso da Régua: Museu do Douro, 2003.

II Seminário. A Intervenção no Património. Práticas de Conservação e Reabilitação. Porto: FEUP e Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Outubro 2005.

O Património Local e Regional. Subsídios para um trabalho transdisciplinar. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento do Ensino Secundário, 1998.

Os Cistercienses: Documentos Primitivos. Introdução e Bibliografia Irmão François de Place; Tradução Irineu Guimarães. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1997.

Encontros sobre o Património Classificado. Universidade Católica Lisboa: Universidade Católica Editora, 1997.

Estratégias de Valorização de uma Paisagem Cultural: O Vale do Douro. Actas do Seminário. Fundação Rei Afonso Henriques, 2000.

Guia de Portugal, Trás-os-Montes e Alto Douro. II- Lamego, Bragança e Miranda. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Memória, Identidades e Políticas do Património. “Patrimonia: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural” nº 5 Carnaxide, 1999.

Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial. 2003-2005. <http://whc.unesco.org>.

Património. Balanço e Perspectivas [2000-2006]. Lisboa: IPPAR, 2000.

Património Classificado: Actas dos Encontros promovidos pelo IGESPAR e pela UCP. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1997.

Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

Anexo I

Localização e plantas da Quinta do Paço do Monsul

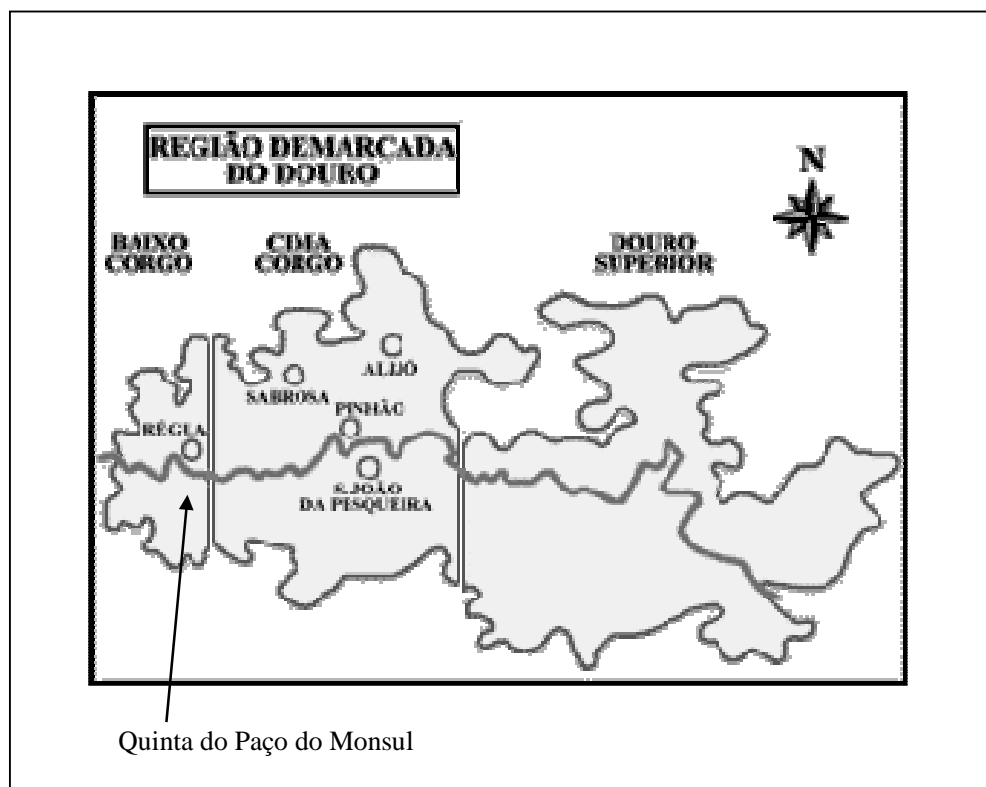


Figura I.1 – Localização da Quinta do Paço do Monsul na Região Demarcada

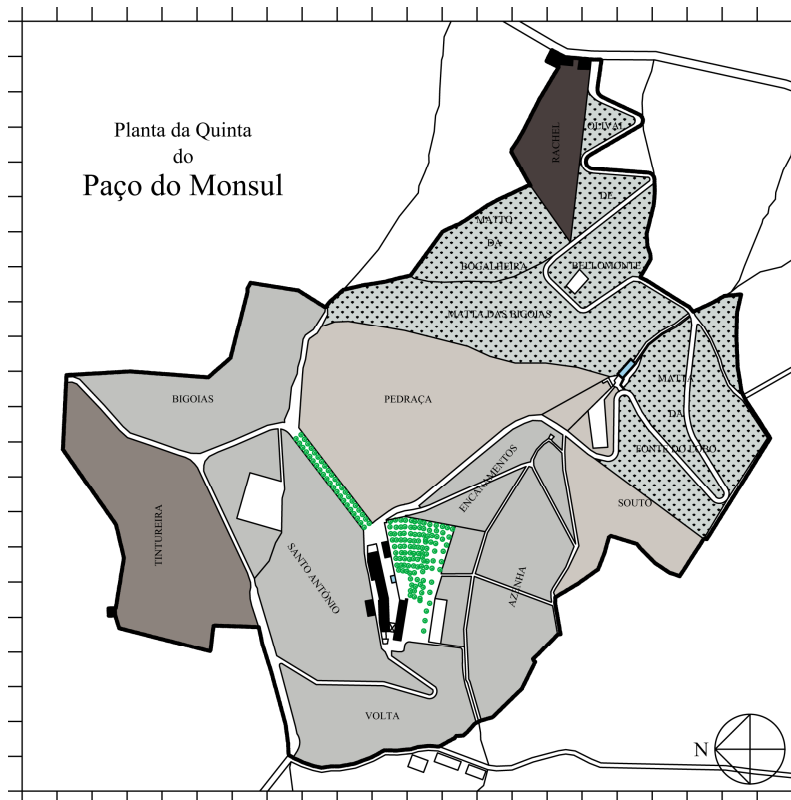


Figura I.2 – Planta actual da Quinta do Paço do Monsul

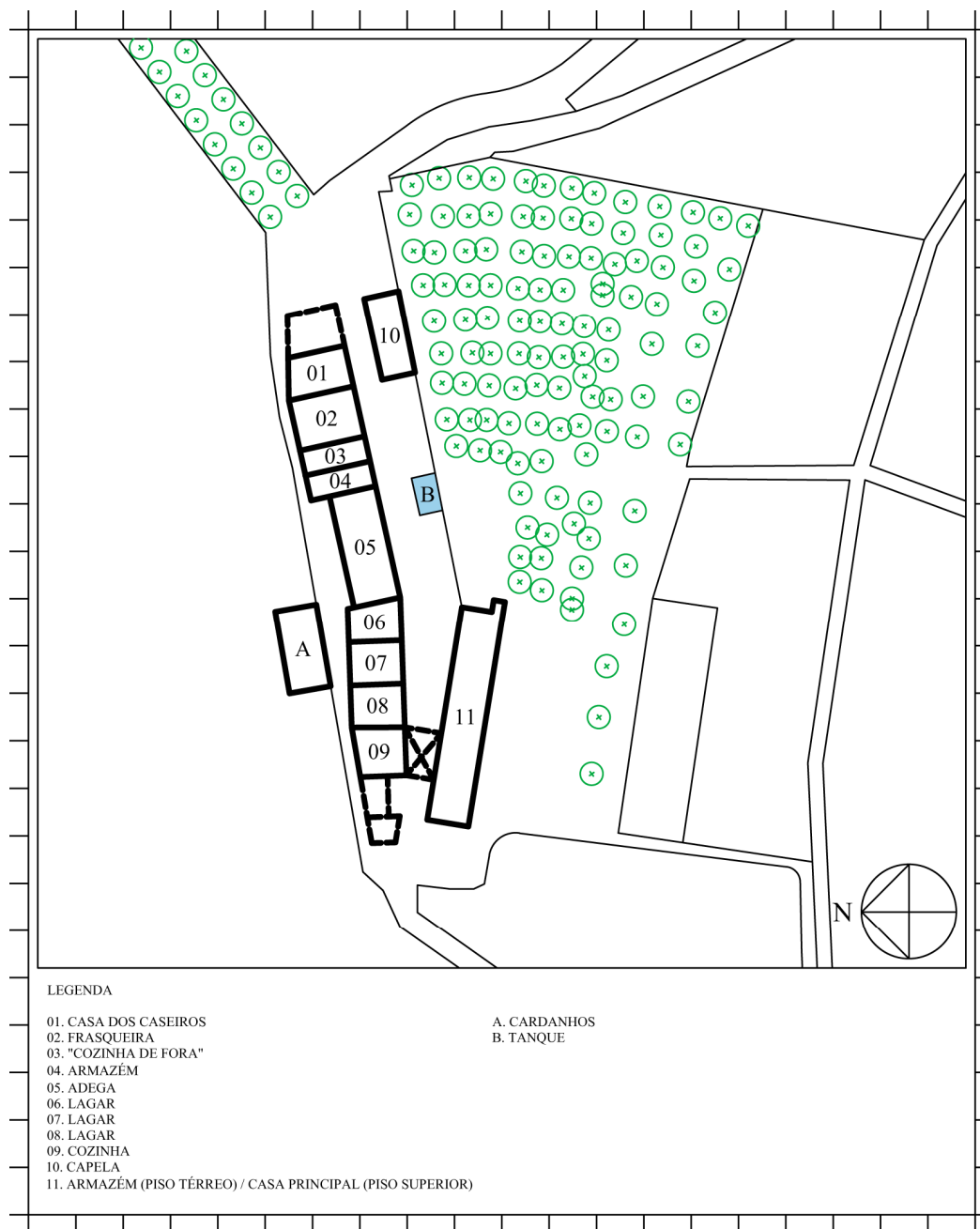


Figura I.3 – Planta dos edifícios da Quinta do Paço do Monsul

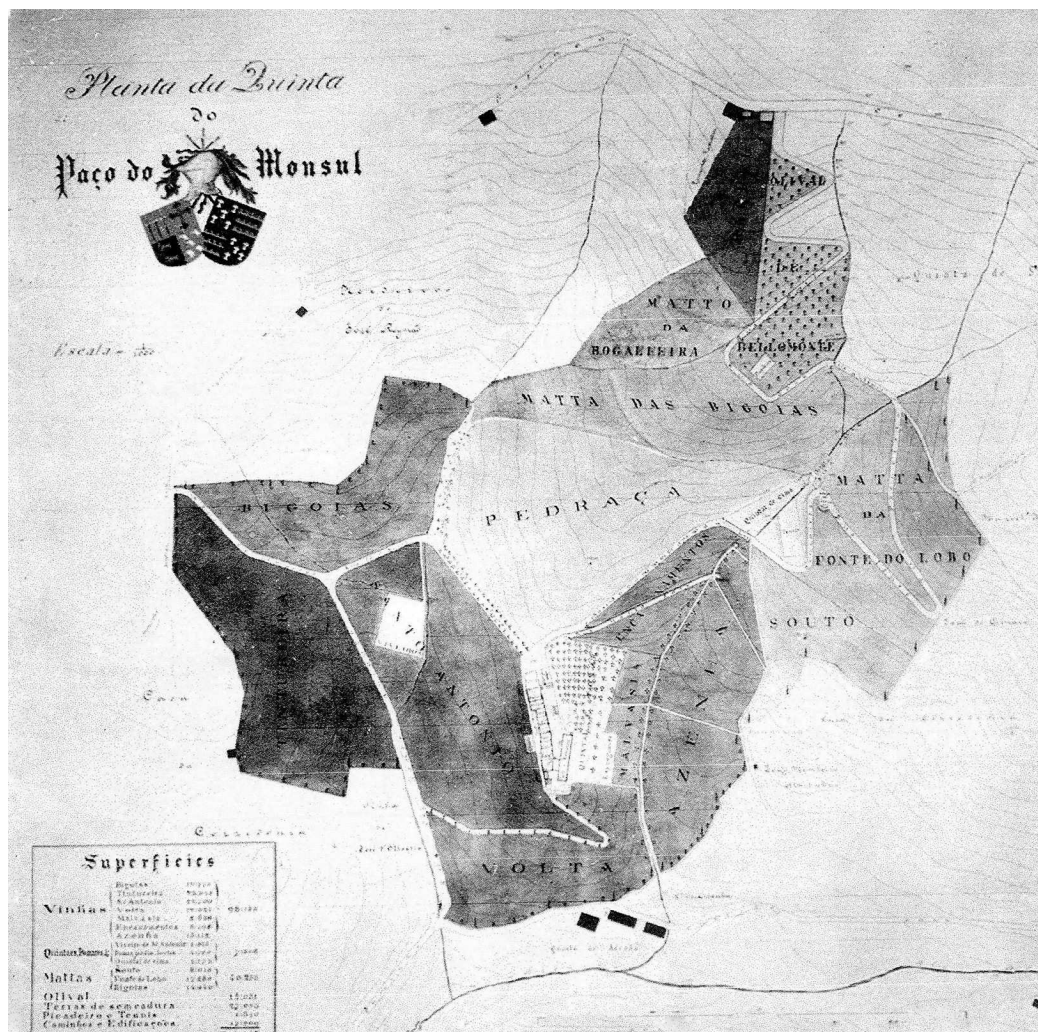


Figura I.4 – Cópia da planta da Quinta do Paço do Monsul executada por Afonso Cabral em 08 de Novembro de 1903

Anexo II

A Quinta do Paço do Monsul na paisagem de Cambres



Figura II.1 – Vista da Quinta do Paço do Monsul a partir de Cambres



Figura II.2 – Quinta do Paço do Monsul (Cambres ao fundo)

Anexo III

Excerto da História das propriedades da Caza do Monsul,
1862
Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul

Descripção da Quinta do Monsul.

As Casas do Paço e da Torre no Monsul estão citadas em hum
a agradável e extensa purificação foram edificadas no centro da quin-
ta a velhice da sua edificação perde-se nas escuridão dos tempos, as
sua simples construccão faz recordar as primitivas templos da pre-
miação, em que o luxo nas Casas era inteiramente desconhecido; he
hum a das melhores Quintas do freguesia de Lamego, não só pe-
la sua grande extenção de terreno, como por ser toda junta ed-
ficada por doze e foi grande lago desde esse começo, emquanto em-
significantes tem sido as acquisições que se têm feito desde o
anno de 1359. em diante existe mesmo annuo e que o Mosteiro
de Santa Maria de Sabedós foi quinquenta e quatro annos co-
mo de diante se vê, enão há noticia que anteriormente ter-
se feito título mais obstarante eu ter feito todas quantas delicia-
cias se podião fazer no Cartório do Mosteiro de Santa Maria de
Sabedós equal eu pude examinar bem a minuta verdade; e en-
do em ^{me} sendo condeado para a Cidade de Lixa em 1838. junta-
mente com o Sr. João de Turraça, e de Santa Cruz, e de S.
Pedro das Aguias, e Pociu. no dia 27 de janeiro de 1841. fo-
ram em menos de hum quarto de hora vendidos a preços com-
muns arda todo o Edificio chamado das Neves para onde ti-
nhão sido removidos apparecendo circundio noitite aonde se

Figura III.1 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862, p. 4

Socham os Cartórios, e outros particularis de alguma cunha
 oculta e de barbaro Melancolico offego com agod'ras, mas que ricas pre-
 cizidades alli se nao perdervão mesma para a historia, repare o Illu-
 cidario Sancta Rosa de Sileto que e' humo testemunha au-
 thentica desta verdade, e que falta nao virão a fazer aquelles docu-
 mentos para effecto de annos particularis, só quem vio os Car-
 tórios como eu vi e' que pode bem avaliar a sua perda; e que
 deu causa a este incendio foi estarem alguns Empregados da
 repartição da Fazenda auctorisem Cartórios dos devedores de
 feros que remetterão em favor da mesma para serem execu-
 tados, porém a dita ferra deveria ter sido heutra bem differente
 que era concedida a Casa do Ministro da Fazenda por-
 que foi quem referendou tal ordem, e ainos de expumpte de-
 que me afastei. Tem a Quinta do Poco do Monsul hum
 a Capella que em seu logar constantemente se fazi' auctoridade de cri-
 pção. Since Lugars de pedreira bem apparelhados que tem
 52 pipas de facho, os deus desima sua antiquissimas, o Poco
 de 1511. ja faz menção d'elles, assim como diversas Casas ter-
 ras que hoje servem só de arremação. Tambem tem hum
 grande terreiro fechado junto as Casas que tem Sottento e
 este raras de comprimento hum bom Tanque de pedreira de can-

Figura III.2 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p. 5

Cantaria que estava collocado junto a Capella que eu mandei
 medir e acrescentar para chegar aonde existe no anno de 1848.
 O presente da Santa he muito antigo guardado com a-
 minas mandou a fazer o Sr. Goncallo Affonso Coutinho em 1859.
 Author que foi da mesma Quinta. Tem hum Molinho de A-
 guas para moinho ^{para} no tempo de Inverno que eu mandei fazer
 no anno de 1854. Tem quintas fechadas emredondo com a-
 goas bastantes para a sua rega e de mais creio que e-
 mprunte da Caza, tinha hum bom pomar de espinho que
 secca todo em 1848. com uma lavoura que deu geralmente nos pri-
 males; Tem algumas fruteiras muito antigas, e outras que
 tanto mandado renovar, pois a utilidade que me reportou des-
 torruos meconstituiu nessa obrigacão para poder levar iguaes
 vantagens aos meus socpores. Esta Quinta he composta de va-
 rias propriedades de S. Paulo e Olival de nome remonta a lavoura
 allora de mais de quinhentas Oliveiras que ja tanto manda-
 de plantar em diferentes annos; a producao de vinho em 1852
 foi de oitenta e cinco pipas anno em que a lavoura em que
 a parreira a colheita de um Molho das Vinhas denominada oi-
 deum que principiou a dar em rebore no Douro em 1853 fe-
 zendo grandes estragos na se nas arvores, mas em the na-

Figura III.3 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p. 6

Nas mesmas propriedades recebendo esta Quinta logo no pri-
meiro anno aquarenta e duas pipas, no segundo anno a Ca-
torze, no terceiro acilenta almeidos, no quarto a oito almeidos, no
quinto anno sette pipas emia por ter mandado em seftrar, nos se-
to houve oito pipas, no setimo forão doracelle, no outavo anno pro de-
zio vinte e seis; humma boa parte do terreno da mesma me al-
tem daquelle que he cultivado esta de vinha e pinheal e castanhei-
ras que produzem bastantes lanchas emadeiras, com por hum de-
visei humma magnifica propriedade que esta do Vinha e Oli-
val que he Vincello da Capella da mesma Quinta como ao di-
ante se diria, compunha de differentes parcos de lre nomia-
ção e de quazi toda ella era directo Senhorio o Real Mosteiro
de Sancta Maria de Sahedas da qual nunca se pagou Vi-
zinco a fregiza de S. Martinho de Cambras, nem de outras
muitas mais propriedades que este Mosteiro tinha e nomia-
va Freguesia como ao diante se virão cujo Real extracto de L.
12 de Contencas do Mosteiro de Sahedas a folhas 379. a 384. ve-
o Livro 1.º das Contencas do Monsul a folhas 11. A verdade
e incontestavel a grande antiguidade desta Caza enorme
de Paço de Torre dae bem aem tender que aqui houve nos tempos
antigos habitacao de pessoas de grande consideracao e respeito

Figura III.4 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p. 7

Escrepito sendo humo d'elles o Sr. D. Affonso de Sousa concellos e
 Memorias 1.º Conde de Penella como seu do Alvarado Tomo 2.º
 a folhas 213. porque ate nome antigamente só era premetido as
 doze as Caras quintas de grandes Fidalgos, e certo que não
 podia ser por outro motivo que se lhe originou o distinto nome
 de Paço pois as Caras não. comencia, advertindo que o uso nas Ca-
 ras neste tempo era da confusão, por hum Paço feito e escripto em
 Latim na Era de Carlos 1359. que he anno de Christo 1331. sen-
 do D. Vicente Nunes Abade do Mosteiro de Sancto Maria
 de Tuleadas basta para nos desengannar destas mesmas ver-
 dades, e todas as mais renovações posteriormente feitas em hum
 Portuguez heppanholado como foi o de 9. de julho de 1169. em tem-
 po de El Rei D. Affonso II.º que he munto veronido e contém só
 vinte e duas linhas escriptas por João Antonio Notante do ditto
 Mosteiro sem testemunhas só com as impulas assignaturas de Sr.
 Goncallo Affonso talvez fosse porque neste tempo gressasse ou ha-
 vesse mais verdade e menos moliciia e menos desejo de tornar co-
 muiço proprio não havia tantas clausulas nem tantas condi-
 ções a que hoje dão em nome de postillas Taballinas, e assim co-
 mo ferro. consendo as inquietações e as em volubelo as ambico-
 es e assim ferro. trahiam de deprecurar os meios de os segurar e por

Figura III.5 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p. 8

Para prova de isto é vermos que os antigos Prizes Douscos e
 Contendas antigas era transcritas escriptas em quatro regras
 aporiar de que nestes tempos grassava tanta ignorancia que pou-
 cas erao escriptas que sabiao ler e escrever, como se de Elicida-
 rio Tenu. 1.º apellus 208. cab. Livro dos prares de Monsul a-
 fl. . segue sefa em 1531. por nelle figurao testemunhas, pois
 cab. 1541. 1578. 1633. 1691. et 1754. nos conformao de que estes pra-
 res tem andado omeis de quinhentos annos na mesma linha
 egerao escripta em linha continuada e nunca emterranpi-
 da secpaõ. e em vista dos mesmos prares fica estorinda qual-
 quier duvida quando apparecer haiver. o Prare feito em 1531 por
 Snn. D. Bras Fernandes de Simbra Bispo Titular de
 Bebelia e 16.º Abade Commandatario do Mosteiro de Salre-
 das assu Schrinho Fernao. Gencales Curtinho, e honro feito
 em 1578. a D. Anna Gencales Donna Viuva sendo Fri-
 Balthazar de Sancta Cruz D. Abade de ditto Mosteiro
 claramente nos daõ noticia de duas Causas unidas hum a cha-
 mada a Torre vouta o Paço que de de remotes hepocheas feruo o
 berço da antiga vridencia de messos Aõs, durante aqui no-
 tarce que os Abades Commandatarios que honro no Mosteiro
 de Salre das tierroaõ apua origem em 1188. e em 1680. ja nao.

Figura III.6 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p. 9

Não existia nenhum, ex o Elucidario Tomo I. p. 35, esta
 quinta antigamente foi possuída por duas famílias nobres,
 e como porphyto de hum caramento vinde a maior parte por
 a Sur.^a D. Leonor de Gouveia Leitão que era da família e
 descendência de Mouro Goncalves Coutinho natural de Logar
 de Leomil e bem conhecido pelo appellido de Magrão como des o
 Sur.^a D. Joze de Moura Coutinho Bispo de Lamego nas suas
 memorias genealogicas tratando desta família das quaes
 tanto humo copio escriptas pelo mesmo Senhor que está
 na Livro genealogico da Caza do Monsul afellas 119. etendo es-
 to em ana quinta side possuída eadem mostrada c'mais de
 quinhentos annos por os nossos Avo's como io diante serro dos
 preziosos documentos daquellas bons tempos que sem duvidas
 seo escriptas depositarias porrio das quaes mostrans antiares e seos
 nomes e os suas propriedades etendo aquellas determindo cul-
 timo seuno entre as negras sombras das Sepulchras, etendo
 direito aserem lembrados noo. me parece justo que eu deixo aqui
 ficar os seos nomes em parafundo esquivamento ante pelo contra-
 rio julgo ser hum acto de justica e em the hum deo de grati-
 dao, novamente avivar e honrar a sua memoria porque as
 Leis de agradecimento noo ferro escriptas por Deos, asurcio e as

Figura III.7 – Fac-simile: História das propriedades da Caza do Monsul, 1862. p.10

E a consciência a contemporânea recordação do homem, e eu levado
 destas considerações comtastemmanho de gratidão a sua memo-
 ria re conhecendo epe dever que a natureza me empia emtendi q.
 deixo por este meio fazer a viver e transmitir fielmente as affectu-
 ras gerações a sua lembrança, tendo se dado para isto circums-
 tancias extraordinarias como foram as de ter ficado comprime-
 tido com toda a minha Cura seguitada seis annos na Dama,
 a que mandou proceder em Lamego no Mes de Maio de 1828. o
 sanguinario Govern. do Infante D. Miguel, epe pique, epe des-
 pta sanguinario de execranda memoria que tanto sangue fer-
 vent na Patria, como consta de hum a certidão extra hida da
 mesma Dama em 27. de Fevereiro de 1861. que está no Livro
 32. da Caza do Monsul a folhas 884 e no L.^o 1.^o das Contencas da
 m. Cura a fl. 1.

Figura III.8 – Fac-simile História das propriedades da caza do Monsul. 1862. p. 11

Anexo IV

Edificados da Quinta do Paço do Monsul

Casa do proprietário, casa dos caseiros, edificados de
apoio à produção agrícola



Figura IV. 1 – Casa do proprietário em 1898. Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul (AHQPM)



Figura IV. 2 – Casa do proprietário em 1914. Note-se o acrescento do terceiro piso no edifício principal.
AHQPM



Figura IV. 3 – Casa do proprietário em 2011



Figura IV. 4 – Pintura mural da “Casa do Paço e Torre do Monsul” realizada por Vasco Valente em 1927 baseada nos prazos do Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul (AHQPM)



Figura IV. 5 – Vista do pátio para a casa do proprietário



Figura IV. 6 – Vista da casa do proprietário para o pátio



Figura IV. 7 – Vista do pátio: o tanque, a casa dos caseiros à esquerda e a capela ao fundo



Figura IV. 8 – Vista exterior da passagem da casa principal para a cozinha e portas dos lagares



Figura IV. 9 – Interior de um lagar



Figura IV. 10 – Interior de um lagar, pormenor de uma prensa



Figura IV. 11 – Porta de entrada para a “cozinha de fora”



Figura IV. 12 – Pormenor do interior da “cozinha de fora”

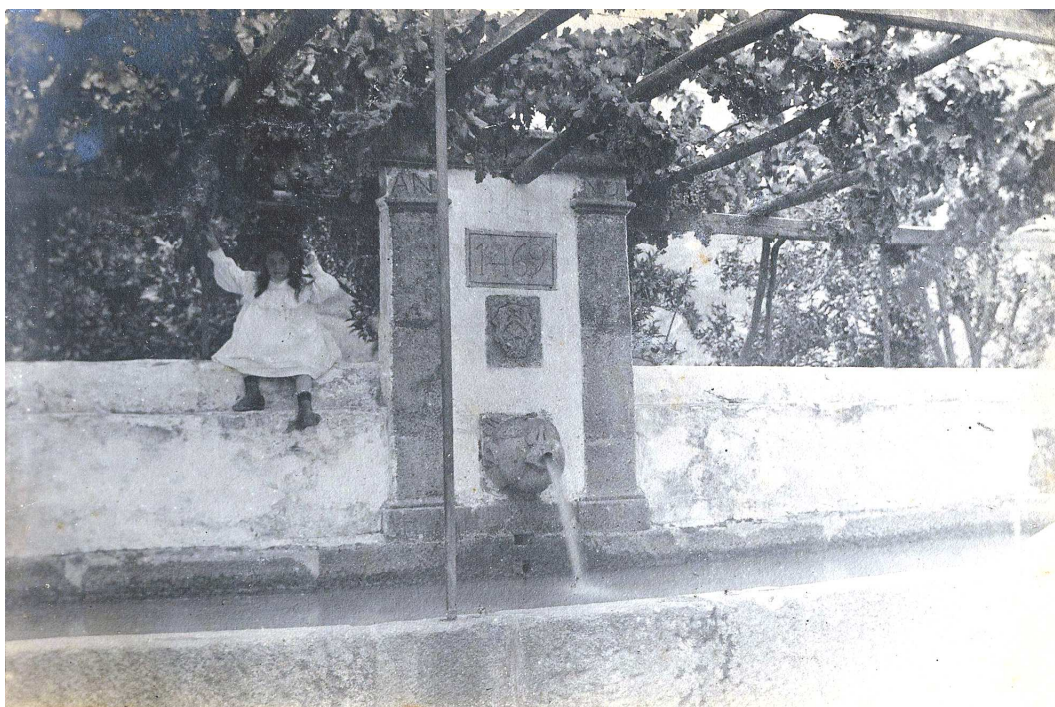


Figura IV. 13 – Tanque do pátio em 1914. AHQPM



Figura IV. 14 – Pormenor do tanque do pátio



Figura IV. 15 – Exemplos de diversos portões de acesso ao pátio

Anexo IX

Fotografias de Domingos Alvão



Figura VI.1 – Casa e Quinta do Monsul vista de Poente (da Quinta da Azenha). Foto de Domingos Alvão, espólio da Quinta do Paço do Monsul



Figura IX.2 – Quinta do Monsul vista de Norte. Foto de Domingos Alvão, espólio da Quinta do Paço do Monsul



Figura IX.3 – Ponte ferroviária da Ferradosa sobre o rio Douro (actualmente submersa) e Quinta do Cachão vistas de São Salvador do Mundo. Foto de Domingos Alvão, espólio da Quinta do Paço do Monsul

Anexo V

Edificados da Quinta do Paço do Monsul
Interiores da casa do proprietário



Figura V.1 – Sala de entrada.

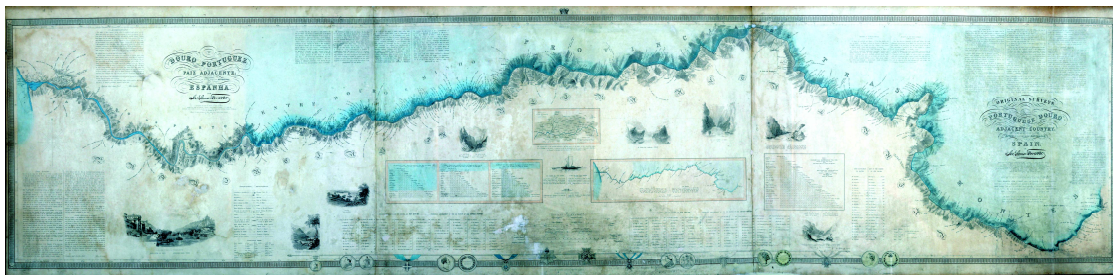


Figura V.2 – Mapa do Barão de Forrester: *Douro Portuguez e Paiz Adjacente*, 1860 (imagem cedida pelo Museu do Douro)



Figura V.3 – Escritório: pormenores



Figura V.4 – Corredor



Figura V.5 – “Cela”



Figura V.6 – Sala de jantar



Figura V.7 – Fogão de sala



Figura V.8 – Um dos quartos principais



Figura V.9 – Quarto (3º piso)



Figura V.10 – Cozinha

Anexo VI

Edificados da Quinta do Paço do Monsul
Capela de Santo António



Figura VI.1 – A Capela em 1898



Figura VI.2 – A Capela em 2010



Figura VI.3 – Interior da Capela em 1954



Figura VI.4 – Interior da Capela em 2011



Figura VI.5 – Pormenor do retábulo do Altar-mor



Figura VI.6 – Arcaz da Capela-mor



Figura VI.7 – Pormenor de uma das pedras tumulares da nave central



Figura VI.8 – Pedra de armas

Anexo VII

Espaço agrícola e de lazer



Figura VII.1 – Vinhas em torno dos edificados



Figura VII.2 – Vinha (note-se a presença dos ciprestes assinalando os limites da quinta)

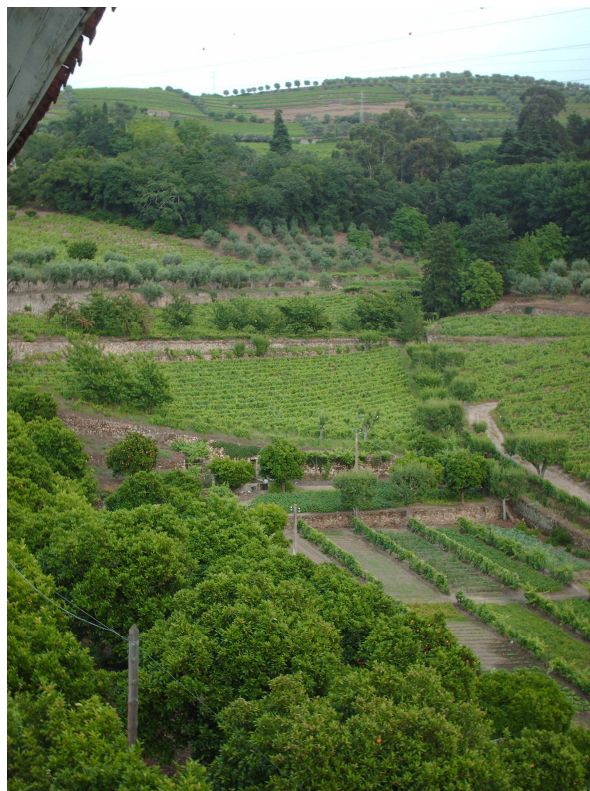


Figura VII.3 – Pomar, horta, vinha e mata



Figura VII.4 – Uma vista da horta



Figura VII.5 – Pomar



Figura VII.6 – Cedros da mata



Figura VII.7 – Cerejeiras na bordadura de um “arruamento”



Figura VII.8 – Marcos

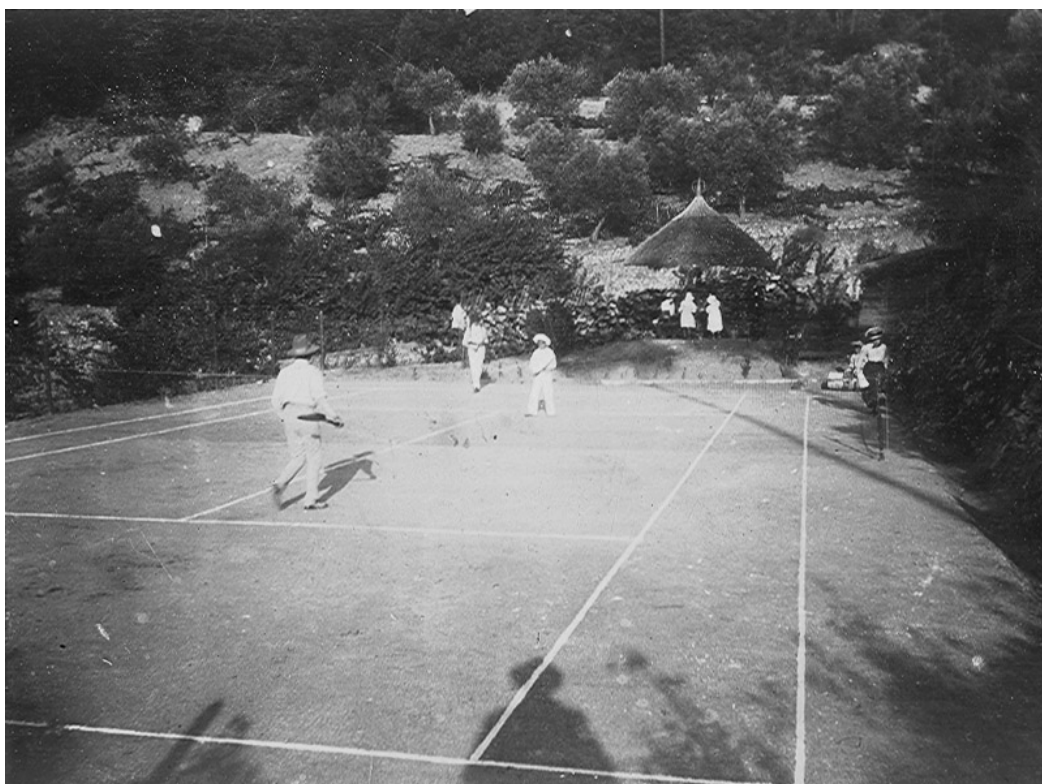


Figura VII.7 – Campo de ténis em 1904 (com caramanchão ao fundo)



Figura VII.8 – Caramanchão do campo de ténis em 1902



Figura VII.8 – Laranjal plantado no antigo campo de ténis



Figura VII.9 – As palmeiras da “Avenida Ignez”

Anexo VIII

Fontes e cursos de água



Figura VIII.1 – Fonte “Gaspar”



Figura VIII.2 – Fonte do peixe



Figura VIII.3 – Conduta de água em pedra na “Rua Maria José” (à direita)



Figura VIII.4 – Pormenor da ligação entre duas condutas de água em pedra



Figura VIII.6 – Tanque na mata



Figura VIII.6 – Curso de água na mata

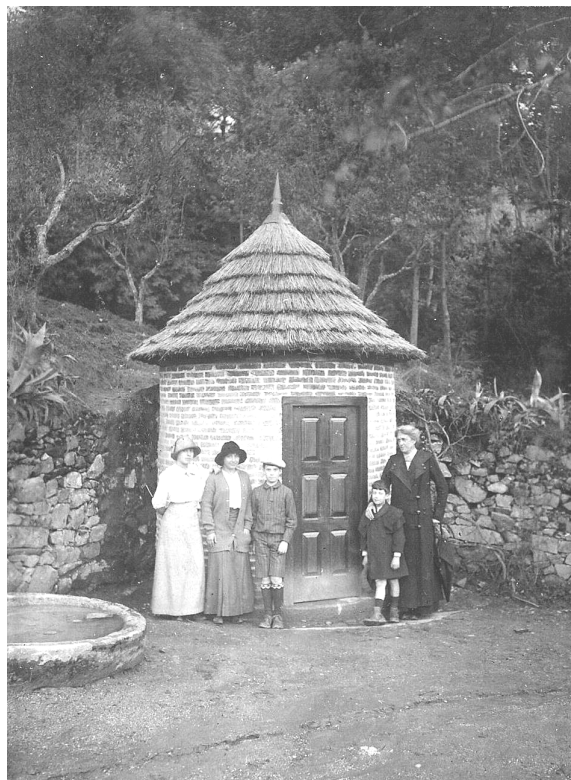


Figura VIII.7 – “Mãe de água” da mata em 1914

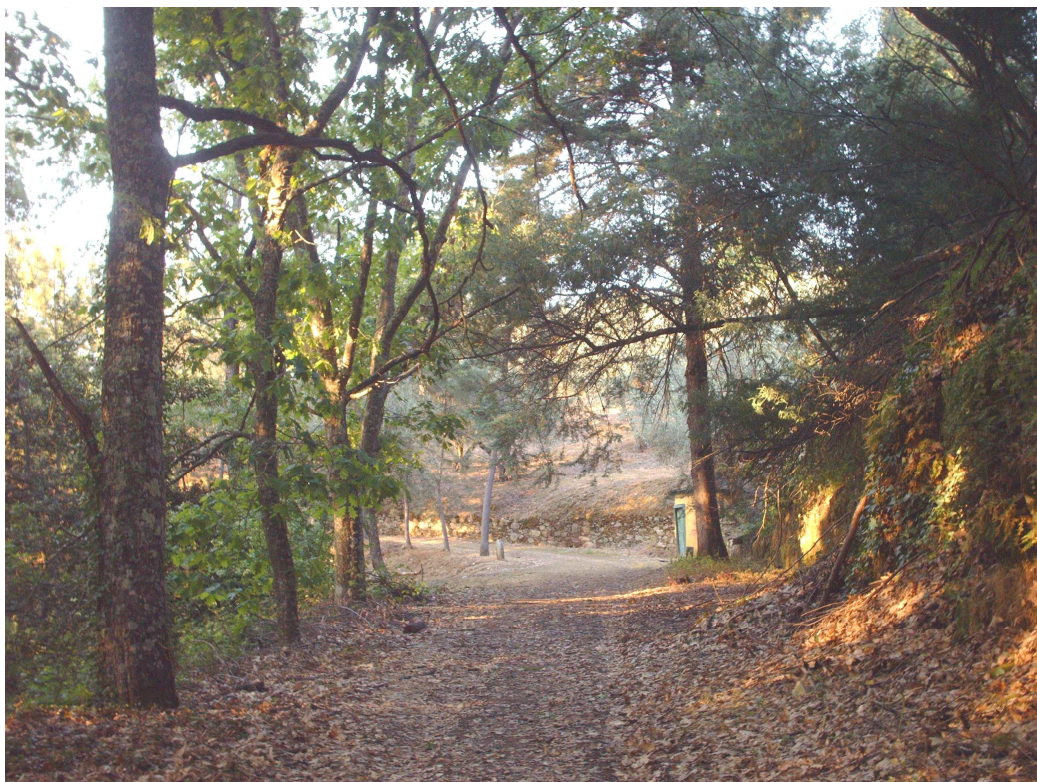


Figura VIII.8 – “Mãe de água” da mata na actualidade (ao fundo, à direita)